



ALAVANCA

30

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 3850

 COTP — IN
 CENTRO DE
 DOCUMENTAÇÃO

51376

N.º

11

OS «QUADROS» E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS

«Penso que os trabalhadores, tal como os quadros, devem estar conscientes da sua aliança natural no processo revolucionário. É claro que os quadros, a certos níveis, se a gente raciocinar profundamente, também eram, e ainda são, assalariados do capital.» Palavras do nosso primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, quando da sua visita à Sorellame. Sobre o mesmo assunto, o general Vasco Gonçalves disse-nos ainda: «Uns trabalham de uma maneira, outros trabalham de outra, mas não podemos separar os quadros dos trabalhadores e necessitamos dessa unidade entre quadros e trabalhadores.» Unidade e trabalho. Duas constantes para que a nossa Revolução avance rápida e firmemente. Nessa unidade também os quadros têm o seu lugar, pelo menos aqueles que, pelas suas tomadas de posição, estão empenhados na Revolução.

Um país não se constrói sem técnicos. São precisos engenheiros, economistas, médicos, arquitectos, etc. Alguns desses técnicos acobardam-se, fogem ao trabalho e viram as costas às tarefas imediatas que lhes são exigidas, abandonando este País que começa agora a ser de todos nós. Mas muitos deles, os mais conscientes, sabem qual é o seu lugar e quanto precisam da sua colaboração.

Por tudo o que ficou dito, um grupo de sindicatos de quadros técnicos juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, realizará nos próximos dias 12 e 13 um 1.º Encontro de Quadros Técnicos subordinado ao tema: «O papel dos Quadros Técnicos no actual processo revolucionário.» Sobre o assunto publicamos neste número do «Alavanca» uma mesa-redonda com alguns dos intervenientes desse Encontro. (Págs. centrais.)

A VOZ DA INTERSINDICAL TODOS OS DIAS DAS ZERO ÀS DUAS DA MADRUGADA ATRAVÉS DAS ONDAS MÉDIAS DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS (A EMISSORA DA LIBERDADE)

UM PROGRAMA DOS TRABALHADORES PARA TODOS OS TRABALHADORES

TRABALHADORES PORTUGUESES NA O. I. T.:

**TRABALHADORES PORTUGUESES NA O. I. T.:
MUITAS COISAS**

Conforma foi largamente noticiado, teve lugar em Genebra, entre 4 e 25 de Junho, a 6.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.). Integrados na delegação portuguesa, estiveram presentes à Conferência Álvaro Rana, 1.º Secretariado da Intersindical Nacional, e Maria Beatriz Santana, operária da indústria de tabaco, com os quais contactámos, a fim de nos esclarecer um curto relato sobre que se passou na O.I.T.

—Este ano, a delegação portuguesa participou em todos os trabalhos pela primeira vez — afirmamos Álvaro Rana, que acrescentou: De acordo com os assuntos tratados, definimos a posição dos trabalhadores portugueses face aos problemas que afectam o Mundo. Dos assuntos tratados, considerámos, quanto a nós, de maior importância os problemas relativos aos trabalhadores emigrantes e rurais, igualdade de direitos no trabalho para a mulher e a Comissão de Estrutura.

Sobre a forma como decorreram os trabalhos, Álvaro Rana adiantou-nos: —Naturalmente que houve um choque entre o que são as opções que dominam a O.I.T. e as opções do Terceiro Mundo. O momento mais alto da sessão centrou-se na eleição dos novos corpos gerentes. Praticamente até ao dia 11, todas as atenções se concentraram nesse ponto. Apesar de tudo, ficámos um pouco decepcionados, uma vez que se mantiveram as posições que têm dominado a O.I.T.

Mas, segundo o camarada Álvaro Rana, ainda durante esta 6.ª Conferência, previu-se que tudo poderia ser diferente: «No dia 12, com a apresentação da proposta de admissão da O.I.P. (Organização de Libertação de Palestina) como o observador, criou-se um clima de grande participação, o que mostrou quanto tudo poderia ser diferente. No decurso desta discussão definiram-se as posições de todos os países quanto a este assunto, tendo votado contra a admissão da O.I.P. os Estados Unidos da América, a Alemanha Federal, a Suécia, a Noruega e o Canadá. Todos eles apresentaram argumentos idênticos aos que se utilizavam antigamente em relação aos Movimentos de Libertação das ex-colónias portuguesas. Diziam que a O.I.P. era uma organização terrorista. Mas, enfim, a esmagadora maioria pronunciou-se pela admissão da O.I.P., que, ao ser entrada na sala de Assembleia, foi recebida com grande simpatia, ao mesmo tempo que os Estados Uni-

dos e Israel abandonaram a sessão.»

Também o povo chileno não foi esquecido durante esta Conferência da O.I.T. —Quanto ao Chile — prosseguiu Álvaro Rana — foi aprovado um documento em que se exige ao Governo daquele país a apresentação, até Outubro, de um relatório respeitante ao Movimento Sindical Chileno e sobre a situação dos respectivos dirigentes sindicais após a tomada do Poder por Pinochet.

A terminar esta curta conversa, o nosso interlocutor fez-nos o seguinte balanço: —Para nós tudo foi importante, pela riqueza de contactos que se estabeleceram e aprofundaram, sobretudo com os países da América Latina, África e Ásia. Há uma grande simpatia de todos eles relativamente ao processo revolucionário vindo em Portugal, o que contrasta bem com a imagem que é dada do nosso país através da Imprensa burguesa europeia.

Por seu turno, a camarada Beatriz Santana declarou-nos: «Como é natural, participei mais activamente nas discussões e resoluções dos problemas que, neste momento, mais afectam as mulheres de um modo geral. Creio que será de salientar a participação de muitas delegações de mulheres dos países socialistas, que, apesar de terem já muitos dos seus problemas resolvidos, não esqueceram deixar de estar presentes, solidificando-se, assim, com as restantes mulheres de todo o Mundo. É claro que os problemas analisados foram muitos e variados. Verificou-se, por exemplo, que existiam milhões de mulheres sem qualquer tipo de protecção à maternidade, vivendo nas piores condições de higiene e sem qualquer tipo de acesso à cultura. Das muitas resoluções aprovadas destaque a que prevê a igualdade de trato e possibilidades de emprego e ocupação para as mulheres.»

Mas, no entanto, Beatriz Santana, nos contou, preferimos publicar, seguidamente, o discurso proferido por esta nossa camarada, numa das sessões da O.I.T.:

«As minhas saudações pela sua eleição para a presidência desta Comissão. Sem desprezarem o seu valor, gostaria, no entanto, de ver na Presidência desta Comissão uma mulher. Nós, as mulheres portuguesas, que durante longos anos de dominação fascista sofremos a discriminação, entre o homem e a mulher, na desigualdade de salários em trabalho de igual valor, a falta de assistência

materno-social e as grandes barreiras que se opunham à sua colocação em certos profissões pela discriminação de sexo, eram, no entanto, preferidas, especialmente durante o período da guerra colonial, para executar trabalhos pagos a baixo preço.

—Hoje, depois da queda do fascismo, graças à Revolução do dia 25 de Abril, feita pelas Forças Armadas e pelo Povo português, em que as mulheres têm tido um papel relevante, muito se tem feito no sentido da igualdade e direitos entre o homem e a mulher. Hoje, trabalhamos lado a lado com homens, com uma igualdade de salários em trabalho de valor igual, muitas mulheres e ocupam lugares de destaque, desde ao sector governamental (carreira política, serviços públicos), às empresas privadas. Muitas mulheres participam em movimentos sindicais e são dirigentes sindicais. Cinquenta e dois por cento da população em Portugal são mulheres, incluindo 42 milhões de mulheres, distribuídas pelos sectores de profissões liberais, Estado, fábricas nacionalizadas ou privadas, indústria hoteleira e trabalho rural.

—Com a nossa Revolução, que marcha rumo ao socialismo, muitas castas desabilitadas foram tomadas pelo Governo, pelo M. F. A. e pelo Povo, sendo adaptadas a creches, infantários e postos de assistência para a primeira infância, pois a assistência à mulher grávida e à primeira infância, antes do 25 de Abril, só as trabalhadoras com mais recursos financeiros as poderiam utilizar.

—Há muito para fazer, mas nós, mulheres portuguesas, confiamos no nosso Governo, na sua política de uma reconstrução de um Portugal novo ao serviço dos trabalhadores e do Povo português. No entanto, todos sabemos que em todo o Mundo existem milhares e milhares de mulheres vítimas da exploração e opressão, não possuindo o mínimo de condições de trabalho, de assistência materno-social, em suma, de uma exploração a toda a prova.

—Neste Ano Internacional da Mulher, fazemos um apelo desta tribuna, para que as mulheres participem cada vez mais na luta que porá fim à exploração do homem pelo homem, única condição para libertar verdadeiramente a mulher e o seu companheiro. A libertação da mulher passa, necessariamente, pela libertação do próprio homem. Que a mulher seja, pela luta das próprias mulheres, um Ano Internacional da Mulher.»

SEIS ANOS DE LUTA EM PERU COMO EM PORTUGAL TRABALHADORES UNIDOS NA DEFESA DA REVOLUÇÃO

Com o propósito de expressar à InterSindical a solidariedade e apoio dos trabalhadores peruanos para com a luta do povo português, para com as acções da classe trabalhadora e para com a Revolução portuguesa, deslocou-se a Lisboa o Secretário-Geral da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (C.G.T.P.), Gustavo Espinosa, que nos quis dar a conhecer algumas das características do processo revolucionário peruano, bem como referir-se às dificuldades com que se debatem os trabalhadores naquele país da América Latina.

Esta camarada, em nome de todos os trabalhadores peruanos representados na organização de que é Secretário-Geral quis, em primeiro lugar, enviar uma saudação fraternal e revolucionária ao povo português.

Com efeito, afirmámos-nos ser grande a simpatia que, no Peru, os trabalhadores dedicam à causa de Portugal, porque entendem que o seu destino está ligado ao destino da classe trabalhadora de todos os países. É grande, por isso, a atenção com que vêem o desenvolvimento da Revolução portuguesa, impulsionada pela Unidade firme do Povo e do M.F.A., solidarizando-se, sempre, com a luta do nosso povo, com as acções da InterSindical e com as conquistas que soberbamente alcança no esforço para a construção de uma sociedade socialista e uma verdadeira liberdade.

Referindo-se à Revolução peruana começou por nos dizer a camarada Gustavo Espinosa, que «no Peru se vive um processo revolucionário autêntico, patriótico, anti-imperialista e de libertação nacional, conduzido pelas Forças Armadas, sob a direcção do General Juan Velasco Alvarado, e que conta com a firmeza da C.G.T.P. e da classe trabalhadora peruana. A revolução peruana surgiu como consequência da crise da sociedade peruana, pois que assistemos largos anos sob o domínio de ditaduras militares reacionárias e de governos burgueses, que nunca resolveram os problemas da nossa pátria. O General Alvarado e a equipa militar revolucionária que o sucedeu, planificaram, em 1968, a tomada do poder para destruir esta ordem social injusta e para libertar a nossa pátria de todos os vestígios de domínio oligárquico-imperialista. Seis anos lá se passaram. O Governo desenvolveu a Reforma Agrária, processou importantes modificações na estrutura económica do país e está alargando a participação activa do povo, nesta luta. No caminho foram derrotados os sectores conservadores das Forças Armadas e da reacção burguesa, que conspiraram, sempre, contra os avanços do nosso processo.»

Durante estes anos de luta, o Governo peruano nacionalizou importantes indústrias, abriu o comércio externo aos países socialistas, manteve uma sólida política anti-imperialista, nacionalizando, também, vários dos grandes monopólios imperialistas, com o fim de

tentar elevar as condições materiais de vida do povo e de resolver os grandes problemas sociais que, lá como cá, são a herança dum passado de exploração do homem pelo homem.

Tem pretendido, enfim, o Governo revolucionário peruano, construir uma sociedade de novo tipo, na qual a classe trabalhadora tenha um papel relevante e seja capaz de resolver as inúmeras dificuldades que se lhe deparam.

«Naturalmente que nem tudo são rosas — disse-nos. Os sectores conservadores, dentro e fora do aparelho administrativo, golpistas e classe trabalhadora, a vigorosa ofensiva política e económica da reacção que pretende destruir as conquistas alcançadas



quer maneira, esmagar as justas aspirações dos povos, na procura de uma sociedade mais humana, fraternal, em que as classes sociais não existam e em que o

blenas do Peru, assim como a portuguesa procura a via para a resolução das situações em Portugal. Mas temos alguns elementos comuns. Em primeiro lugar, lutamos contra o mesmo inimigo: o imperialismo. Em seguida, combatemos, igualmente, contra os sectores tradicionais de reacção.

No Peru e em Portugal surgiram nas Forças Armadas sectores patrióticos e verdadeiramente revolucionários, que se colocaram à cabeça da luta pela libertação, em ambos os países, da classe trabalhadora. Esta, por sua vez, luta para afirmar o seu papel nos destinos do país, para derrotar os seus inimigos e, juntamente com os sectores progressistas das Forças Armadas, para construir uma ordem social mais justa.

Estas semelhanças obrigam-nos mutuamente, Peru e Portugal, a estreitar os vínculos de amizade e de solidariedade para a prossecução de um mesmo combate. Foi por este razão, por exemplo, que saudámos com verdadeiro entusiasmo as declarações do General Jorge Fernández Maldonado, ministro da Energia e Minas do Peru, que assinalou ser a Revolução portuguesa uma verdadeira transformação social, uma verdadeira Revolução que, nos fins e objectivos, se identifica com a Revolução peruana.»

De igual modo, a implantação de uma central única de trabalhadores não se tornou, ainda, possível no Peru. Existe, no entanto, a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru, que engloba a grande maioria dos trabalhadores daquele país, e sobre a qual nos falou o camarada Gustavo Espinosa.

A UNIDADE SINDICAL GARANTE DA VITÓRIA

«A implantação de C.G.T.P. não foi fácil. Tivemos que lutar du-

(Continua na página 10)

ENTREVISTA COM GUSTAVO ESPINOSA

Secretário-Geral da Confederação Geral de Trabalhadores do Peru

pelo nosso povo e voltar ao passado, é uma realidade, sem dúvida, no entanto, que a classe trabalhadora luta contra todas estas correntes e desenvolve uma vigorosa unidade com a equipa militar revolucionária empenhada em derrotar as acções sediciosas da reacção, e arrancar pelo caminho da libertação nacional da nossa pátria.»

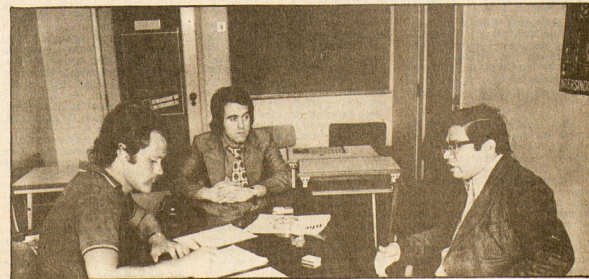
O capital, o imperialismo, a reacção, embora se revistam de várias facetas, são, de facto, um só bloco empenhado, de qual-

homem não seja objecto de exploração por parte do outro homem — uma sociedade socialista, em suma.

Embora se tratem de fenómenos distintos, surgidos em condições materiais diferentes, a Revolução portuguesa e a Revolução peruana têm problemas comuns.

LUTA COMUM CONTRA O IMPERIALISMO

«A Revolução peruana pretende encontrar a solução para os pro-





NOTÍCIAS DA INTER

U.S.P. DENUNCIA MANOBRAS DA REACÇÃO

Nun comunicado da USP/Inter-sindical sob o título «Manobras da Reacção no Seio dos Trabalhadores» denunciam-se as manobras patronais tendentes à obstrução do processo revolucionário. É o seguinte o texto do comunicado: «O empenhamento dos trabalhadores da luta pelo Controlo e Batalha da Produção e o consequente avanço do processo revolucionário rumo ao Socialismo, põe cada vez mais em causa os privilégios de classe exploradora. Daí a crescente frequência e intensidade das acções contra-revolucionárias».

Em seguida o presente comunicado denuncia as principais empresas onde o desenvolvimento deste processo sabotador é flagrante. Deste modo continua o comunicado: «2 Na COTESI com o regresso de Espanha do proprietário, Sr. Violas onde com equipamento e técnicas da empresa de Espinho montou uma firma concorrente, que lhe permitisse o desvio de encomendas, desencana-de-se a transferência de lugar de trabalhado-

res que activamente participavam na organização do Controlo da Produção» «3 Por outro lado na MACTEX, o patrão consegue manobrar os trabalhadores para que, em Plenário, peçam a libertação do administrador da TERRICIFAL (firma comercial de que aquela depende), preso por sabotagem económica, desvio de fundos e tentativa, que os trabalhadores impediram, de venda fraudulenta de «stocks». É prosseguido «4 Agora da MOLAFLEX com o talso pretexto de perigar a garantia de emprego e atribuindo outras graves dificuldades na empresa à ausência do patrão, desde o dia 11 de Março, uma Comissão dita de trabalhadores, bem orquestrada pelos chefes organiza, em favor de trabalho, uma excursão ao Q. G. da Região Militar do Porto, para pedir explicações sobre a detenção do trabalhador Rui Moreira. Enquanto concentrados, pôde ser bem observada que a actuação de alguns zelosos funcionários, quer e estranhos e solícitos aderentes à manifestação...» «5 Assim actua o patronato reaccionário, quer directamente, quer através dos seus aliados e lealçados, a quem paga para orquestrar as manobras contra-revolucionárias tendentes a fazer chamegem junto do poder político, pela utilização das camadas menos esclarecidas da população trabalhadora».

Parante isto o Secretariado da USP/Inter-sindical alerta todos os trabalhadores para que não se deixem enganar, já que a defesa do direito ao trabalho nada tem a ver com a defesa dos interesses dos sabotadores económicos e terroristas, que os pretendem desviar da luta pela conquista da democracia mais justa».

Por outro lado este Secretariado «põe totalmente às secretas anunciadas pelo Conselho Superior da Revolução referente ao caso da MOLAFLEX, notadamente aquelas que se destinam a assegurar o direito ao trabalho na própria empresa, e que vêm demonstrar mais uma vez, que o M.F.A. se

encontra ao lado dos trabalhadores na defesa dos seus interesses fundamentais».

Apaise-se ainda neste comunicado «para o reforço da vigilância popular em torno da defesa da Revolução e chama a atenção para a necessidade de se estreitar cada vez mais a aliança Povo-M.F.A. única maneira de garantir as conquistas dos trabalhadores contra os ataques dos fascistas e todos os contra-revolucionários».

Apolo da Inter-sindical aos Trabalhadores da Rádio I Renascença

A Inter-sindical Nacional, como movimento unitário sindical, apoiou a luta dos trabalhadores da Rádio Renascença e manifestou a sua estranha pela decisão governamental de entregar aquele posto emissor à entidade patronal.

É o seguinte o teor do comunicado:

«A Inter-sindical ficou tão surpreendida como a maioria dos trabalhadores, pela decisão do se entregar as instalações da Rádio Renascença à entidade patronal, ou seja, ao Patriarcado de Lisboa».

«A classe operária e os trabalhadores sabem que qualquer processo revolucionário não é linear, antes pelo contrário, tem avanços e recuos».

«É preciso que na altura dos recuos as massas populares não se deixem desmobilizar, ou, o que seria mais grave, tomem atitudes de desespero revolucionário que permita o aproveitamento das suas acções pela reacção para atacar figuras prestigiosas da Revolução e dividir o Movimento das Forças Armadas».

«Os trabalhadores da Rádio Renascença saberão encontrar formas de luta condizentes com as novas condições que lhes foram criadas, para isso contam, desde o início da sua luta, com o apoio da Inter-sindical e das forças progressistas de Portugal».

O Mercado do Povo em Braga

«No âmbito da Batalha da Produção as iniciativas promovidas pelos trabalhadores, multiplicam-se por todo o País».

«Em Braga a União dos Sindicatos local promove no Parque Ponte entre o dia 21 do corrente mês até 31 de Setembro um «Mercado do Povo» cujos objectivos são inscrever: na promoção de auxílio à Empresa contactada pelos trabalhadores; a cooperativa de produção, através da venda directa dos seus produtos; promoção do artesanato; promoção e divulgação do turismo social; promoção de discos e promoção dos produtos agrícolas locais».

«O mercado do Povo em Braga conta com o apoio da Comissão Municipal de Trabalho da Câmara Municipal, do M.F.A., da Câmara Municipal, do Governo Civil, da Direcção Geral de Turismo do Ministério da Comunicação Social e da Banca».

«Serão levadas a efeito várias realizações culturais, como teatro cantado, filmes, filmes de documentários e filmes, contando-se já com a presença de alguns nomes desde há muito comprometidos com as tarefas revolucionárias do povo português».

«As tardes de sábado serão dedicadas às crianças com a realização de «Tardes Infantis» de que constarão programas de iniciação deportiva, folclore infantil, teatro e cultura».

«O Mercado do Povo em Braga funcionará diariamente das 10, às 24 horas salvo aos sábados e domingos cujo horário será das 14 às 24 horas».

«Como nota importante nesta iniciativa, todos os trabalhadores interessados para assegurar o funcionamento da Feira encontram-se na situação de desemprego».

«Estamos certos de que esta realização da União dos Sindicatos de Braga-Inter-sindical — representará mais um passo em frente na Batalha da Produção em que todos os trabalhadores se encontram empenhados».

DE LUTAR PELA LIBERTADE DOS TRABALHADORES

A Delegação Exterior das «Comissões Obreras» da vizinha Espanha lançaram novo alerta contra o processo a que vão ser submetidos 23 trabalhadores de El Ferrol, presos há mais de três anos. É o seguinte o texto e o comunicado:

«Em Março de 1972 a população de El Ferrol entrou em greve geral de solidariedade para com os trabalhadores da Empresa Nacional Bazan. A greve foi acompanhada de manifestações nas ruas e em frente às fábricas, graves essas que a polícia pretendeu dissolver a tiro. Dolis mortos (Amador Rey Rodriguez e Daniel Nibel Garcia), centenas de presos, torturas e processos judiciais, foi a resposta do Governo às suas reivindicações dos trabalhadores».

Entre os vários processos que se levantaram aos grevistas, existe um contra 23 companheiros, aos quais o regime ainda não se atreveu a julgar com medo da solidariedade que o julgamento podia despertar. Com efeito, cinco deles continuam presos como reféns. Mais de três anos, têm já de prisão, sem terem sido julgados, Rafael Pillado, Julio Aneiros, Pedro Lopez Bonome, Manuel Amor e Amador Deus. É esta a abertura de Arlan Navarro!

No clima geral de violência repressiva desencadeada em Euzkadi e em todo o Estado espanhol contra as forças progressistas que lutam pela liberdade, o Governo pede a saída de revista, muitos jornais e revistas, que se fazem eco das reivindicações do povo. Prende, tortura e

processa todos quantos têm a coragem de levantar a voz em favor da democracia e contra a violência repressiva. Pretende condenar à morte os jovens patriotas bascos Garmendia e Oteagui, conforme denunciámos no o. n. o. 5 do comunicado de 5 de Junho.

Nesse contexto de terror e aproveitamento do início das férias de férias para dificultar a solidariedade dos trabalhadores, no dia 1 de Julho pretende julgar os 23 companheiros de El Ferrol. As petições feitas: 17 anos para Rafael Pillado Lista, 13 anos para José M.º Ribobo Milan e Manuel Amor Deus, 10 anos para Pedro Lopez Bonome, 9 anos para Julio Aneiros Fernandez e assim até total, para os 23 companheiros. NAO PERMITAMOS ESTA CONDENACAO CONTRA A CLASSE OPERARIA GALEGA!

A Delegação Exterior de Comissões Obreras, tendo em conta a solidariedade incontáveis vezes demonstrada, faz apelo a todas as organizações sindicais, a to-

das as organizações democráticas e partidos políticos, para que elevem o seu trabalho e enviem observadores ao julgamento. Apetamos para os emigrantes espanhóis para a opinião pública internacional, para que levitem um movimento solidário, em torno destas 23 companheiras, realizando actos de todo o tipo e enviando cartas e telegramas em todo o mundo ao Tribunal da Ordem e de Justiça em Madrid, exigindo a sua libertação.

A vossa solidariedade teve um importante papel na redução da pena imposta aos «10 de Carabanchel». Salvou a vida de Izko e de seus companheiros no processo de Burgos; agora pode salvar a de Garmendia e Oteagui e deve contribuir para a libertação dos 23 de El Ferrol».

NAO A PENA DE MORTE LIBERTADE PARA TODOS E PARA OS SEUS COMPANHEIROS!
ANUNCIAÇÃO DO PROCESSO DOS 23 DE EL FERROL!»

OVES PARADO E SÓ: «A TRABALHADORES SALÁRIO IGUAL»

«A Parry & Son — Estaleiros Navais em Cacilhas, é uma empresa com muitos anos de existência — diz-nos o sr. Papa Oliveira — dando-nos, logo de início, uma breve visão das condições deficientes em que os 330 operários ali trabalham, de entre os quais ressaltam os escassos jovens, cerca de 30, pois que a empresa depois do 25 de Abril decidiu fechar o acesso a operários com idades inferiores a 18 anos, dando preferência àqueles que tivessem o serviço militar cumprido.»

«Efectivamente, a estrutura do estaleiro e as próprias instalações das oficinas, por serem muito antigas e rúnicas, tere[m] sofrido quaisquer melhoramentos, não oferecem nenh[um]a segurança, ainda que, até hoje, não se tenham verificado sinistros, e isso devido essencialmente ao cuidado do pessoal.»

Para além disto e de outros aspectos que reflectem as condições precárias de trabalho (como o resultado da emanção constante e sem protecção dos fumos e gases tóxicos que representam um verdadeiro atentado contra a saúde e integridade física de trabalhadores) os jovens de Parry & Son consideram-se vítimas de discriminações sociais quando encontrando-se como profissionais de 3.º desempenham as funções correspondentes a outras categorias atribuídas aos mais especializados e implicando uma diferenciação salarial injusta porque o trabalho igual deve corresponder salário igual.

Este camarada que trabalha na secção de soldadura não quis, depois, deixar de comentar as conquistas dos operários do estaleiro após o 25 de Abril. «Logo após essa data histórica, os trabalhadores mais conscientes despertaram os restantes para a necessidade de obter uma nova Comissão de Trabalhadores que zelasse pela defesa dos nossos interesses já que a que até então tinha existido estava infiltrada de elementos alheios à classe, não podendo obviamente representar-nos. Elaborou-se pois um caderno reivindicativo onde sobressaia a reivindicação de 650000 como ordenado mínimo, tendo-se acordado depois de muitas horas de conversações entre a nova C. T. e a Administração o salário de 600000, atribuído hoje aos operários com idade superior a 18 anos indistintamente do seu grau de especialização, e de 450000 para os jovens com idade inferior à sua formação profissional.»

Um dos frutos mais amargos do fascismo é o analfabetismo que permitiu manter quase imper-

turbável o domínio do regime de Salazar e Ceetano e as suas quotas máximas de exploração do povo português empregue, a maior parte das vezes, para obviar os exorbitantes gastos militares que por sua vez eram utilizados para reprimir ferocemente a luta libertadora dos povos africanos das ex-colónias. Foi esse indigne herança deixou também as suas marcas nos estaleiros da Parry & Son, constituindo uma das grandes preocupações dos operários que aqui trabalham — explica-nos o João Diogo da «carpintaria», adiantando que nela existe um elevado grau pois que atinge grande parte dos trabalhadores com idades compreendidas entre os

consciência da classe destes jovens e que no «Alavanca» ficam expressas.

«Ao contrário do que seria de desejar, a juventude trabalhadora da Parry & Son, não tem acompanhado, no melhor sentido, a realidade que o País atravessa. Há a lamentar o grande alheamento dos jovens que se têm conservado à margem das responsabilidades que a sua função de trabalhadores acarreta para com a colectividade. Pois se essa apatia se justificava antes do 25 de Abril por parte dos trabalhadores em geral (e que se notava grandemente nos jovens) em relação à actividade sindical isso devia-se, em grande parte, ao facto de

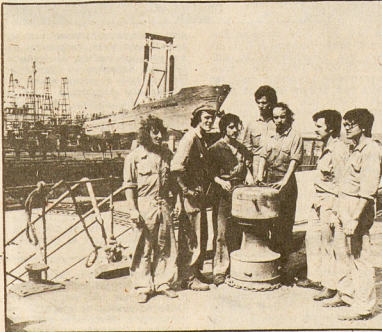
aquela gerência t[er] própria da nossa idade, quanto vezes empreendida por formas conservadoras de acção. No entanto, agora com as assembleias nos sindicatos para discussão e aprovação de estatutos terá havido da parte dos jovens um despertar para essas responsabilidades e penso que todos nós seremos de mais para levar por diante a construção de um Portugal melhor, e como jovens temos o direito de pensar desta forma.

O alheamento em causa dos operários dos estaleiros vai tão longe que dos 150 trabalhadores que contactámos, há dias, nas secções de torres e mecânica, só 9 se prontificaram a dar o seu nome como compromisso para podermos alugar uma ou mais camionetas necessárias para nos levar colectivamente a uma assembleia geral que nós considerámos importantíssima, pois tratava-se da aprovação dos estatutos do sindicato dos Metalúrgicos.

É certo que isto é mais um dos aspectos da desmobilização, que na prática se verifica por um afastamento dos assuntos sindicais, não comparando às assembleias, porque se parte do princípio que mais de 50% dos jovens da Parry & Son não estão sindicalizados apesar de ser ter procurado despertá-los, focando-lhes todos os aspectos positivos dessa ligação formal ao sindicato composto por todos os seus associados, clientes de que a sua força depende essencialmente da sua unidade.

Para além dos resultados imediatos que a sindicalização trará, ela é reveladora de uma tomada de consciência política, pois que o trabalhador que não se sindicaliza está amovido, não pretendendo embrenhar-se na resolução dos problemas que a todos dizem respeito; é um trabalhador que se deixa ir e que, quando basta, abstendo-se de ver pelo menos em qual deles, ele e os seus camaradas, melhor navegaria. É aquilo que se reclama quando o C.C.T. não o satisfaz, mas que, por outro lado, se põe fora da luta quando a sua presença, e a de muitos como ele teria sido necessária, por mais que não fosse, e mesmo assim, pouco, serviria para transmitir aos outros aquilo que se discutia nas assembleias.

Este afastamento é fruto do ostracismo da perseguição que os trabalhadores e os seus dirigentes sindicais foram votados no anterior regime e que continuou a exercer os seus efeitos sobre nós. É contra essa desmobilização porpositadamente provocada pelo regime que nós os jovens, julgamos estar um pouco mais alertas e contra ela lutamos ao alertar os nossos camaradas de que há muitos factores da provelentes.»



45 e os 60 anos (80% da mão-de-obra da empresa), tendo já sido feito algo para a combater, através de habilitação por cursos de ensino primário e de 1.º ciclo, ministrados por dois monitores ao serviço da Parry & Son, e ainda recentemente fazendo uma sondagem aos jovens e todos os trabalhadores que pretendiam completar o 2.º ciclo de forma a perspectivar a possibilidade de estes se enriquecerem cultural e profissionalmente.

Em seguida, dois jovens, o António Marquês e o Zé Manel, ambos operários da secção mecânica disseram palavras simples, mas incisivas, que não devem pelo seu conteúdo ser esquecidas. «Afirmo das suas declarações, a vontade de lutar contra determinados vícios que o antigo regime engendrou procurando minar a unidade dos trabalhadores (e que ainda hoje se notam) e o seu espírito crítico, bem explicito, reflectem em si o elevado grau de

os corpos gerentes dos sindicatos seram a maior parte das vezes e salvo raras e honrosas excepções, grilos do conciliação de classes não exercendo as suas funções de defensores dos nossos interesses, não o estabelecendo nem exigindo cumprimento de contratos colectivos de trabalho. Hoje, porém, não podemos viver com imparcialidade porque a todos e especialmente aos jovens que no futuro serão sindicalistas cabe o dever de exercerem várias funções nos sindicatos, constituindo no momento as reservas do próprio movimento sindical.

«Pois, se foco de especial modo essa forma de integração na vida nacional é porque entendo que ela é absolutamente necessária e indispensável. Em relação aos jovens, pode dizer-se que estes terão uma função bastante importante, já que serão transportadores de novas maneiras de pensar, de realizar e de agir, muitas vezes levando aos sindicatos

TRABALHADORES DA JAFÁ AGUARDAM O CANCELAMENTO DO CONTRATO

Alusão da JAFÁ com outras firmas do ramo é neste momento uma incógnita para os trabalhadores da Fábrica de Borracha Jafá, Ltda. A fusão é um dos problemas, mas de permêto há outros porque com respeito que deve mercar ao patrão o C. C. T., no que ele tem de defesa dos mais elementares direitos dos trabalhadores.

«Lá vai tu para ali discutir» — disse um dos trabalhadores ao camará da António Rodrigues, quando este se prestava para falar ao nosso jornal. Efectivamente as coisas não vão boas lá para os lados da Carmida onde nós fomos contactar com o Vitor Brás e com o António Rodrigues, ambos delegados sindicais da fábrica.

«Entrámos de vigiliância no dia 30 de Junho —adiantou o Vitor— porque de há três meses para cá o patrão vem queixando-se de falta de liquidez. Como até há bem pouco tempo não tinhamos estatutos fomos aguentando, mas agora somos obrigados a tomar posição, pois temos aqui pessoas que nem o ordenado mínimo nacional recebem.»

A fábrica, um edificio já muito antigo, trabalha artigos diversos de borracha, como tubos, juntas, sacos para água quente e gelo e sobretudo calçado (tênis). «Não vendemos mais porque não temos», declarou o fiéis do armazém, com um par de tênis na mão. «Com efeito a situação de calado tem vindo a aumentar a produção», acrescentou o Rodrigues. Contudo, a única coisa que até agora conseguiram fazer foi não tirarão foi que «lem que se contentar com os ordenados que têm, que eu não posso dar mais». «Bem sei que é aprendiz, aítra o Vitor, mas temos cá uma mída a ganhar 1000000 e há cá lambe-bém vários ordenados de simpatia.»

Perante isto, o Sindicato foi alertado e o caso transitou para

o Ministério do Trabalho. E oxali no dia 7 do corrente o problema estejá alinhavado, caso contrário os trabalhadores da JAFÁ, que neste momento abrandaram a vigilância, passarão a outras formas



de luta, pois não comprehendem que o patrão comente o justo direito dos trabalhadores ao subsídio de férias (que aliás o produziram) dizendo que «os galos que fizeram isso são preluções». Claro que o problema se estende também aos retroactivos, disse o Vitor, que prosseguiu: «nós não percebemos muito de folhas, de escritas, mas somos honestos. Se a empresa chegou a um ponto crítico, se isso nos foi provado, a gente chega a um acordo, mas o facto é que a produção não diminuiu, antes pelo contrário, e o patrão é sócio de outras firmas e tem terrenos»

FUSÃO: NO INTERESSE DE QUEM?

A conversa foi-se aprofundando, pois a queixa de falta de dinheiro não é nada de novo no ouvido dos trabalhadores. Já a fusão com o concreto da JAFÁ, devia haver algo de mais profundo. Efectivamente há um projecto do fusão de algumas firmas do mesmo ramo, entre as quais a JAFÁ. Esta fusão não é muito bem compre-

endida pelos trabalhadores, que, no entanto, alimentam esperanças de um emprego melhor. «A fusão é feita em Setembro —adiantou o Rodrigues— e a nossa altura as dividas são congeladas —até a fusão—. Ele espera pela fusão para sobrecarregar a empresa nascente». E intervio o Vitor: «A fusão é do interesse dos patrões, pois nós não temos conhecimento de nada. Vamos ser lançados na fusão como um rebancho de carneiros.»

Mostrando um verdadeiro espirito revolucionário, «começa agora um punhado de trabalhadores a movimentar-se para fazer a aproximação com as comissões

e delegados das outras firmas. Há que analisar manobras que elles, os trabalhadores, deviam ser os responsáveis a combater, não são. «E no fundo, nós temos uma palavra a dizer —comenta o Vitor—, entre essas firmas, há uma pequena com uma produção de calçado bastante maior que a nossa; ora, juntos, devíamos caminhar para uma produção em grande escala de tênis, calçado ortopédico e outros tipos.»

A fusão da JAFÁ, Fábrica de Borracha LEACOCK-ROSA, CONTINENTAL, PIRAL e Companhia Portuguesa de ALPERCATAS é orientada pelo Instituto Apolo às Pequenas e Médias Empresas. Enquanto mantinhamos a convulsão fomos observando aquele amontoado de sacos, qual de las a mais destituída de condições de trabalho. «Aqui é a sala onde almoçamos, nós, há o patrão, ...estas quatro máquinas estão paradas, sem que encontrarmos a razão explicação para isso (cada uma produz cerca de 80 pares de tênis por dia), ...aquella volta e meia lá está uma a desmatar» e como que desabandando, o Vitor rematou a visita às instalações dizendo: «qualquer dia somos os maus aqui dentro, mas nós podemos demorar de alertar os nossos camaradas. Como vê, o pessoal não está parado.»

«Vou voltar a reclamar a banca onde tirei as minhas notas e onde o pessoal à loja do almoço, sobretudo as mulheres», vêem ler aquilo que durante muito tempo lhes foi tirado —o direito à informação: Livros, revistas, jornais, textos de apolo, pôsters. Tudo lá estava oculto por duas ou três folhas de cartão, pois o patrão já tinha perguntado se aquilo ali era alguma feira de livros?»

O 25 de Abril não aconteceu por acaso!

COMUNICADOS

Foi criada «sob a égide da União dos Sindicatos do Viana do Castelo a Comissão Intersindical para a Saúde —CISPAS com representantes dos trabalhadores de vários dos Sindicatos».

«Esta Comissão, que nasce de uma outra já existente e que limitava a sua acção ao posto médico da Caixa nesta cidade» foi criada «com vista a uma melhoria imediata da qualidade dos serviços prestados em todos os sectores da Saúde, como o sector Médico-Social da Previdência, o sector Hospitalar o sector Materno-Infantil e o sector da Saúde Pública» e também a «uma integração imediata de todos esses serviços a criação rápida do Serviço Nacional de Saúde.»

Os trabalhadores da Caixa de Previdência de Viana do Castelo decidiram criar um Comité de Defesa da Revolução com vista à defesa e avanço do processo revolucionário português.

Também os trabalhadores da Sorefame reunidos em Assembleia geral aprovaram a seguinte moção: «Sabendo que a Caixa de Previdência não está a resolver devidamente os problemas dos

trabalhadores. Que o sistema de trabalho é dificultado por «trabalhadores» que não estão interessados no avanço do processo revolucionário. «Propomos que seja enviado à Comissão de Trabalhadores daquelle organismo o aval dos trabalhadores presentes nesta assembleia, de modo a que seja feito o saneamento a todos os níveis dos reaccionários e sabotadores do trabalho dos que lutam por uma Previdência Social ao Serviço dos Trabalhadores. Não à banca doutoral. Por uma Previdência ao serviço do Povo Trabalhador.»

Na firms RIS —Resacchutagem Industrial Senense, foi eleita uma Comissão de Trabalhadores, da qual fazem parte: Maria da Graça Almeida, Virgílio Silva, Henriqueta Pereira, João Candeias e Horténsio Nogueira.

«A Comissão de Trabalhadores da Sociedade Comercial Guérin lançou uma Campanha de Unidade e Dinamização com o apoio do M.F.A. e a participação activa dos Trabalhadores Portugueses. Esta campanha visa fazer a Revolução nas zonas mais desprotegidas do nosso País». Para isso

estes camaradas precisam da tua adesão. Por isso devês «tomar parte activa nesta campanha».

«Um dos meios de acção que os trabalhadores têm utilizado no decurso das suas lutas contra o patronato reaccionário e com o fim de impedir fugas de capitais, foi a criação de listas de empresas e de sindicatos de trabalhadores contadas das empresas» afirma-se no comunicado do Sindicato Nacional de Trabalhadores do Desenho, susbrito por outros Sindicatos.

Neste comunicado salienta-se que a excessiva morosidade na nomeação dos técnicos para as sindicâncias dificulta a actuação dos sindicatos e dos trabalhadores nas empresas e facilita, por outro lado, as actividades de sabotagem por parte dos patrões. A este problema visa fazer uma urgente reestruturação dos Serviços da Inspeção de Finanças, bem como para um profundo e rápido saneamento doutros Ministérios, que «abreviem elementos «apostados» contra o processo dos esforços do Governo Português e a politica revolucionária do Conselho da Revolução».

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PARA O CONTROLO DA PRODUÇÃO

A U.S.P./INTERSINDICAL juntamente com o Grupo de Apoio à Organização dos Trabalhadores para o Controlo da Produção, organizaram uma reunião de Comissões de Trabalhadores e Sindicais de empresas do sector metalúrgico e Metalomecânico e de Material Eléctrico.

Estiveram representadas 35 empresas das 42 convocadas, o que mostra bem o interesse dos trabalhadores na discussão e resolução dos problemas relacionados com o controlo e batalha da produção.

No âmbito da organização unitária dos trabalhadores, dão-se neste momento passos importantes na criação de órgãos capazes de darem resposta à necessidade de planificação da economia nacional: «A O.T.A.P.E.C.—Organização de Trabalhadores para Apoio à Produção nas Empresas Controladas (forno metalúrgico e metalomecânico e material eléctrico) é uma associação representativa dos interesses dos trabalhadores organizados em comissões de Controlo da Produção, que aceitem as normas mínimas do Regulamento Provisório desta organização, proposto pelas comissões fundadoras, das empresas SECCA, SEPSA, JACINTO RAMOS & IRMAO, TRIACO, FENICOOP, FAGAR, ALUMINIA e LUSIVRE».

De um texto dirigido às comissões de trabalhadores ou sindicais das empresas controladas nos sectores acima indicados, transcrevemos:

«As Comissões de Trabalhadores ou Sindicais empenhadas no controlo e batalha da produção debatem-se, em muitos casos, com sérias dificuldades para a colocação dos produtos que fabricam.

Há empresas que possuem grande volume de encomendas em carteira, que não podem satisfazer por não disporem de equipamento suficiente.

Outras empresas, têm máquinas disponíveis e não lhes aparecem encomendas.

Entretanto, os nossos ministros conseguem promessas de aquisição para os produtos de fabrico nacional, por parte de países amigos, as quais são desperdiçadas.

É o caso de uma equipa da R.D.A. que não encontra ninguém para negociar em Portugal, quando aqui procurava adquirir os nossos produtos.

Por outro lado, continua-se a importar produtos que poderiam perfeitamente ser fabricados pelas empresas em dificuldades e controlados pelos trabalhadores e outros que vêm concorrente com produtos similares por nós fabricados.

Assiste-se, ainda em investimentos que são empregados em equipamentos iguais aos utilizados em empresas semelhantes.

Há que encontrar soluções imediatas: O Estado poderia fazê-lo, mas o aparelho de Estado encontra-se também colocando-se definitivamente e imediatamente ao nosso serviço. Os trabalhadores sentem que só eles podem fazer avançar o processo revolucionário, a resolverem por si próprios os problemas que a todos afligem.

Por isso, no sector metalúrgico e metalomecânico pesado, estão já próximas desta solução os trabalhadores das empresas SEPSA, EFACEC, COMETNA, CONSTRUÇÃO MODERNA, EQUIPMENTAL, MAGNE, SETENAVE e LISIVRE.

Porém, para as empresas transformadoras ligeiras do mesmo sector, nada ainda foi organizado de semelhante — e, no entanto, reconhece-se que se impõe tomar medidas urgentes neste campo.

É isso que se propõem realizar as Comissões de Trabalhadores das empresas ENECOOP, FUNICOOP, ALUMINIA, FAGAR, SECCA, JACINTO RAMOS & IRMAO, TRIACO, SEPSA e CIMNOR, quando colocam à disposição dos trabalhadores destas e de outras empresas que pretendam colaborar com eles na resolução dos problemas comuns.

Para tanto, pensam levar a cabo as seguintes tarefas:

- inventariar os tipos de produtos fabricados no sector (nas empresas controladas pelos trabalhadores), capacidades de produção de cada empresa, ocupação dos trabalhadores, níveis de encomendas existentes e possibilidades de produzir outros produtos;
- fazer o levantamento das necessidades do mercado nacional para aqueles produtos fabricados pelas empresas controladas pelos trabalhadores, distribuir as encomendas que procurará que lhe sejam remetidas directamente pelas comissões de trabalhadores de outras empresas e pelos organismos de Estado e impedir a importação de produtos já fabricados no País;
- fazer a prospeccão de novos mercados, principal-

mente nos países africanos de língua portuguesa, e outros, para o que conta com o apoio da banca, através dos serviços de apoio à actividade comercial;

- exercer pressão nas empresas estrangeiras, através das organizações de classe, para o que conta com o apoio dos Sindicatos e a solidariedade operária internacional;
- promover o aprovisionamento de matérias-primas nas melhores condições, quer no mercado nacional, quer no internacional;
- efectuar a comercialização dos produtos para as empresas que não possam serviços comerciais eficientes;
- nos dois últimos casos, combater o parasitismo dos intermediários;
- apoiar tecnicamente as Comissões de Controlo da Produção;

l) tentar o apoio financeiro, através da banca, para as iniciativas dos trabalhadores e numa perspectiva de interesse nacional.

«A O.T.A.P.E.C., com sede provisória na União dos Sindicatos do Porto, distribuiu já um «INQUÉRITO SOBRE POSSIBILIDADES DE EXPORTAÇÃO» pelas empresas dos sectores metalúrgico, metalomecânico e material eléctrico, de forma a recolher elementos que lhe possibilite a elaboração de planos de exportação, de acordo com a capacidade das empresas e tendo em conta os interesses dos trabalhadores.

A capacidade criadora da classe operária portuguesa e de todos os trabalhadores manifesta-se uma vez mais. A organização unitária nas empresas, nos Sindicatos, nos ramos de indústria, em toda a actividade económica nacional é a única forma de avançar decididamente no controlo da produção, para a vitória final da batalha da produção e do socialismo.

OS TAXISTAS EM DIÁLOGO

Taxistas de Lisboa reuniram-se na sede do seu sindicato, com o comandante da Secção de Trânsito da P. S. P., a fim de debater problemas relacionados com o tráfego citadino e com a circulação de transportes colectivos



O major Rodrigues da Silva, comandante da Divisão de Trânsito da P. S. P., em pleno diálogo com os taxistas. A seu lado, Sequeira Branco, da direcção do Sindicato dos Rodoviários

Estão já em curso as obras para a construção de um corredor destinado aos transportes colectivos, entre a Avenida da República e o Cais do Sodré, revelou o major Rodrigues da Silva, comandante da Secção de Trânsito da P.S.P., na reunião que teve lugar na sede do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, no passado dia 2.

Esta reunião vem na sequência da campanha lançada por aquela Secção, numa tentativa de banir do trânsito lisboeta tudo o que «colide com os direitos ou segurança de terceiros».

Os 250 profissionais presentes, como primeiros defensores e be-

neficiários desta campanha, tiveram ocasião de expor ao comandante da Secção de Trânsito os seus problemas e sugestões de pessoal, tem a cidade dividida por zonas de controlo de trânsito e que o «reboque» começará a funcionar «passando a existir a possibilidade de persuasão à fase de punição».

O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Conforme noticiamos na primeira página, nos próximos dias 12 e 13 do corrente, terá lugar nas instalações da Fundação Gulbenkian um 1.º Encontro de Quadros Técnicos para análise do papel dos Quadros Técnicos no actual processo revolucionário. Promovem o Encontro os seguintes Sindicatos: C.R.L. da Ordem dos Engenheiros, Comissão Pró-Sindicato dos Arquitectos Assalariados, Sindicato dos Construtores Cívicos, Sindicato dos Economistas, Sindicato dos Engenheiros Técnicos e Sindicatos dos Profissionais de Escritório de Lisboa.

Os trabalhadores desdobrar-se-ão por quatro secções, a saber: A integração dos técnicos na luta geral dos trabalhadores, a participação dos técnicos na reorganização da Economia Nacional, a formação dos técnicos e hierarquias, autoridade e saneamento.

Adiantando-nos, um pouco, ao Encontro, realizámos uma mesa-redonda com alguns dos elementos promotores e ainda com Henri Savinnet, secretário nacional da União-Geral dos Engenheiros, Quadros e Técnicos (C.G.T.) de França.

Deram a sua colaboração a esta mesa-redonda os engenheiros Alves Simões e Clara Costa pelo Sindicato dos Engenheiros-Técnicos da Zona Sul, os doutores Jorge Rodrigues e Castro Fernandes pelo Sindicato dos Economistas e o engenheiro Pedro Serra pela Ordem dos Engenheiros da Secção Regional de Lisboa.

Pedro Serra — Com esta mesa-redonda pretendemos debater um pouco os problemas dos quadros técnicos e anunciar e divulgar um primeiro Encontro de quadros técnicos que os Sindicatos dos Engenheiros Técnicos, dos Economistas a Ordem dos Engenheiros, o Sindicato dos Profissionais de Escritório de Lisboa, a Comissão Pró-Sindicato dos Arquitectos Assalariados e o Sindicato dos Construtores Cívicos vão organizar nos próximos dias 12 e 13 de Julho subordinado ao tema, o papel dos quadros técnicos no actual processo revolucionário.

Aprovantimo a presença actual do Secretário Nacional da U.G.I.C.T. (União-Geral dos Engenheiros e Quadros Técnicos), União dos Sindicatos de quadros técnicos ligada à C.G.T. (Confederação-Geral do Trabalho) Francesa, Henri Savinnet, para trocar impressões sobre estes assuntos.

Os problemas que mais têm preocupado os nossos sindicatos dizem respeito à dificuldade de integração dos quadros técnicos na luta geral dos trabalhadores.

Outro tipo de problemas são os que resultam da situação de sempre entre os quadros técnicos, problemas com saneamento, problemas com uma certa falta de perspectiva da parte dos quadros técnicos quanto ao seu modo de participação na Batalha da Produção, na reorganização da economia nacional, de saneamento etc.

A partir do conhecimento destas dificuldades surge a ideia de organizar este Encontro pretendendo provocar uma discussão colectiva de toda esta problemática que permita definir as grandes linhas de orientação, pelas quais se devem orientar os técnicos na sua acção e os sindicatos de técnicos.

É intenção dos Sindicatos organizadores dar a todos estes temas uma perspectiva mais global e não apenas limitada a uma defesa de interesses de classe profissionais, integrando todos estes problemas numa perspectiva de defesa geral dos interesses das classes trabalhadoras. Pretendemos, portanto, dar uma perspectiva unitária a todos os problemas.

Jorge Rodrigues — Este último aspecto que Pedro Serra focou é bastante importante. Constatase, que os quadros técnicos estavam sujeitos a um certo isolamento em virtude das condições de trabalho que tinham, criadas pelo tipo de economia que tínhamos, que este tipo de economia foi completamente alterado o que implicou que os quadros técnicos deixassem de estar num certo isolamento em que se encontravam.

Neste momento, a dificuldade de integração surge porque teríamos que inserir num trabalho de espírito colectivo, numa ligação muito estreita com todos os outros trabalhadores. Até aqui, os níveis de qualificação eram ligados ao grau académico. Isso terá que se desfazer e ligar-se a certos níveis de qualificação. O técnico terá de aparecer como indivíduo integrado na produção com os outros trabalhadores.

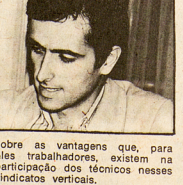
Clara Costa — Sobre a 1.ª Secção deste Encontro subordinada ao tema, «A integração dos técnicos na luta geral dos trabalhadores», poderíamos começar por dizer alguma coisa. Neste momento, o indicador de quadros técnicos tem um papel importante a desempenhar, ainda que se preveja, a curto ou médio prazo, a desintegração desses sindicatos devido ao processo de verticalização sindical. Simplesmente, esses sindicatos que até ao 25 de Abril eram pouco activos, têm agora mais uma função de associações profissionais do que propriamente sin-

dicaes, a partir do 25 de Abril mudaram completamente a sua face e registou-se uma grande afluência de quadros aos seus sindicatos. Em vista disso, os sindicatos têm um papel importante a desempenhar para com os seus sindicalizados.

Para já, um passo importante que parece estar a ser dado, é conseguir-se cobrir todos os sócios destes sindicatos por contratos colectivos de trabalho, na medida em que os quadros não estavam, praticamente, inseridos em nenhuma contratação. Posso citar o caso concreto do Sindicato dos Engenheiros Técnicos que até ao 25 de Abril só tinha assinados e em vigor dois acordos colectivos de trabalho, o da IAP e o da C.P. Os restantes sindicalizados eram apenas abrangidos pela Lei-Geral do Trabalho. Tratase, portanto, de um problema importante que tem sido a maior adesão dos quadros, tentando todos interessados em integrá-los nas contratações colectivas verticais. Pelo menos têm mostrado um grande interesse.

Quanto à integração dos quadros há algumas excepções bastante positivas mas em algumas contratações verticais, não somos acaules de boa vontade.

P. S. — Ainda em relação à 1.ª Secção, creio que um dos pontos importantes a discutir é o que diz respeito à dependência da verticalização sindical e a forma como os quadros técnicos veem esse movimento. É importante que os quadros técnicos reconheçam as vantagens da verticalização e, de resto, creio que estão sensibilizados para essa problema. É importante, também, que da parte dos restantes trabalhadores haja uma compreensão



sobre as vantagens que, para eles trabalhadores, existem na participação dos técnicos nesses sindicatos verticais.

Alvanca — Por vezes temos a ideia de que os quadros técnicos estão intimamente ligados ao patronato.

P. S. — Sim, e por vezes essa ideia tem sido utilizada para virar os trabalhadores, os descontentes dos trabalhadores dos

seus verdadeiros inimigos e dos seus reais problemas. Será, portanto, necessário que os trabalhadores comecem a ver quem são os seus verdadeiros inimigos. Não quero dizer com isto que, por vezes, os quadros técnicos não tenham desempenhado um papel de auxiliares do patronato, mas a generalização dessa afirmação não é que grave, prejudicial à unidade sindical e até à participação dos quadros técnicos no processo revolucionário.

Parece-me, portanto, importante que os outros trabalhadores ajudem a criar condições, para a integração dos quadros técnicos nos sindicatos verticais, combatendo essa ideia de que os quadros técnicos não são trabalhadores. Há que ter coragem para reconhecer que são trabalhadores, embora com outras qualificações e, portanto, numa situação diferente das restantes classes trabalhadoras. Não há que esperar dos quadros técnicos que sejam eles a ter uma consciência revolucionária e que se ponham à frente do processo. Terão que ser os outros trabalhadores a dinamizar esse processo. Creio que o Henri Savinnet tem uma experiência de problemas semelhantes e talvez nos pudesse dizer qualquer coisa sobre isso.

Henri Savinnet — Sobre a integração dos técnicos na luta geral dos trabalhadores, a experiência francesa reúne já alguns elementos de análise. Enquanto sindicatos, creio que será bastante importante, à partida, com preocupação a situação social de toda esta massa de trabalhadores intelectuais, apesar de ela não estar ainda (e até reside o problema) em estado de assegurar colectivamente o cumprimento dos seus próprios problemas. Tratase de uma das constatações que nós próprios ficamos durante o desenrolar da nossa experiência.

Antes do mais existe uma realidade objectiva, independente de todos os sistemas políticos e que se verifica na maioria dos países: a situação científica e técnica. Este fenómeno teve como taxa de desenvolvimento, quantitativamente e qualitativamente, toda essa massa de trabalhadores que, cada vez mais, passaram da situação de braço direito do patrão para uma posição cada vez mais próxima do assalariado. Senão vejamos alguns números relativos a França: em 1954 os quadros representavam 6,5 por cento da massa assalariada e em 1975 representavam 15 por cento. Outro problema que se tem vindo a colocar na nossa análise é o da origem dos quadros técnicos.

Os olhamos para os países capitalistas, e observando as estatísticas das suas Faculdades, não se pode dizer que os

filhos de gados. Em relação a 9 pontos. Faculdades. O primeiro princípio de organização do trabalho individual, a classificação dos quadros, se insere no sistema burocrático baseado nos graus dos ou pelo o qual se parte para que irão que são os quadros técnicos ao nível e da rede de apoio técnico do mesmo sector económico de cons operária encontrando satisfação, cada qual que a probabilidade. A participação do não se para a participação de classe e os profissionais, a desdenação de J.R. participam de função social e. As perdas de 25 de Abril, o primeiro momento, a nível de político

COMITÊS DE

OPERAÇÃO

DE ENFERMEIROS

pos e dos
Será, por
os trabalha-
quem são
nigos. Não
que, por
micos não
um papel
nato, mas
a afirmação
cial à uni-
participa-
os no pro-
importante
desse nível
técnicos al-
a, comba-
o que o
trabalhado-
para
salhadores,
caracteres
dificas tra-
de classe in-
que sejam
uma insula
revolu-
do país. Mas,
o que se
a dinâmica
que disse, não
impede que
os quadros
sejam assalaria-
dos e os
públicas, o
que se põe
surta ao
nível do
emprego,
da formação
e da remuneração.
Atrás de
tudo isto
aparece o
problema
da posição
social dos
operários. Por
isso mesmo
não podemos
pedir a este
setor que
tenha o
mesmo nível
de consciência
que tem a
classe
operária. O
facto dos
quadros se
encontrarem
em certa
posição hierárquica,
o que lhes
permite
uma satisfação
relativa das
suas necessidades
elementares,
faz com
que a sua
combatividade
não tenha
o mesmo
carácter.

A partir
destes dados
essenciais,
podemos
organizar os
quadros
de acordo
com as
necessidades
sindiacais
nao seio das
organizações
sindiacais
para que
possam dar
todo o seu
rendimento
à U.G.T. Já
as nossas
tentativas,
em França,
em particular
da U.R.J. Today,
têm sido
feitas no
sentido de
actuar em
paralelo com
as organizações
da classe
operária e
integrar-se
nelas, procurando-
se criar uma
estrutura que
se exprime
em condições
de enquadramento
com as
organizações
operárias. Eis,
por um
pouco da
nossa experiência.

J.R. — Quanto
à 2.ª Secção
(A participação
dos técnicos
na reor-
ganização da
Economia Nacional)
as perspectivas
que se nos
põem têm
que assumir
um carácter
global e uma
organização
em função
dos dados
de carácter
social e político.

As perspectivas
que se apre-
sentam aos
quadros técnicos
até ao 25
de Abril, estão
limitadas
às funções
que tinham
que desempenhar
nas empresas.
Neste mo-
mento, os
apresentamos
objectivos
políticos que
assumem um
carácter
político como
a batalha da

filhos de operários ou de empregados sejam em grande número. Em relação à França apenas 8 a 9 por cento de filhos de operários e empregados frequentam as Faculdades e se olharmos para as grandes escolas, que têm a particularidade de apenas formar engenheiros que serão os quadros principais da indústria e da economia, apenas 4 a 5 por cento são filhos de operários. Não se trata, portanto, de uma promoção de massas mas de uma promoção individual. Quer dizer que não é a classe operária que fornece quadros para o futuro, existindo, apenas, promoções individuais que se inserem no todo.

Por outro lado esses quadros receberam uma formação ideológica burguesa que não teve por base mostrar-lhes a que e tinham preocupações identicas ao conjunto dos outros trabalhadores, antes pelo contrário, fizeram-lhes crer que eram as elites do futuro e a partir daí, ficaram com o outro e que isto esclarecer os outros e que são os mestres predestinados do futuro país. Mas, apesar de tudo, o que disse, não impede que os quadros sejam assalariados e os públicos, o que se põe surta ao nível do emprego, da formação e da remuneração. Atrás de tudo isto aparece o problema da posição social dos operários. Por isso mesmo não podemos pedir a este sector que tenha o mesmo nível de consciência que tem a classe operária. O facto dos quadros se encontrarem em certa posição hierárquica, o que lhes permite uma satisfação relativa das suas necessidades elementares, faz com que a sua combatividade não tenha o mesmo carácter.

A partir destes dados essenciais, podemos organizar os quadros de acordo com as necessidades sindicais nao seio das organizações sindicais para que possam dar todo o seu rendimento à U.G.T. Já as nossas tentativas, em França, em particular da U.R.J. Today, têm sido feitas no sentido de actuar em paralelo com as organizações da classe operária e integrar-se nelas, procurando-se criar uma estrutura que se exprime em condições de enquadramento com as organizações operárias. Eis, por um pouco da nossa experiência.

J.R. — Quanto à 2.ª Secção (A participação dos técnicos na reorganização da Economia Nacional) as perspectivas que se nos põem têm que assumir um carácter global e uma organização em função dos dados de carácter social e político.

As perspectivas que se apresentam aos quadros técnicos até ao 25 de Abril, estão limitadas às funções que tinham que desempenhar nas empresas. Neste momento, os apresentamos objectivos políticos que assumem um carácter político como a batalha da

edução ou do controlo da produção e, neste campo, há um papel importante a desempenhar por parte dos quadros.

Castro Fernandes. — Conforme acaba de dizer o Jorge, creio que todos estes objectivos se enquadram na problemática da batalha económica. A batalha da produção, como todos nós sabemos, não é apenas trabalhar mais e não será muito importante que, durante o Encontro, os quadros técnicos se capacitem disso uma vez que, muitos deles, habituados e vinculados a posições inerentes ao próprio sistema em que vivíamos, se vinculavam a objectivos que eram formulados por e os empresários como, por exemplo, o máximo lucro.

A batalha da produção deverá ser pensada tendo em vista que essa mesma produção é um suporte que irá passar pelo fomento de uma política de verdade quanto aos resultados conseguidos nas empresas e aumento de produtividade, não no aspecto de se trabalhar mais, mas tendo em conta a função dos indivíduos que estão na produção na interdependência de todos os sectores, tanto a nível empresarial como nacional.

A batalha da produção passa, em suma, pela organização de todos os trabalhadores no sentido de se caminhar para a unidade. Até aqui estava, de um lado, a classe laboral mais conhecida por "ferreiros" e, do outro lado, a classe conhecida por "manga de alpaca", os quadros técnicos. Há, pois, que acabar com esse muro e tomar consciência, em parte a parte. A batalha da produção, tem que ser encarada numa perspectiva socialista, colectivamente, e não com extractos sociais a nível de produção. Cremos, pois, que a produção poderá contar com

artificial e virada para sectores que têm muito a haver com o aspecto da rentabilidade, de técnica e de eficiência mas que aparecem como objectivos políticos. É o caso da batalha da produção e a sabotagem económica. Portanto, os quadros técnicos encontram-se desajustados do ambiente, estando, de qualquer maneira, inseridos em todo este processo. Por outro lado põe-se o problema da gestão das empresas nacionalizadas que poderá ser feita com um nível de qualificação médio ou com uma preparação específica para gestão, mas há uma coisa a que não podemos fugir que é para as empresas tem que saber gerir-las. De resto, gestão e controlo são dois aspectos diferentes que devem ser encarados dentro do mesmo problema. As directrizes de carácter global e de carácter político terá que haver uma correspondência ao nível de unidades técnicas de produção e, inclusive, indicações da parte dos indivíduos que estão nas comissões administrativas e uma ligação muito estreita com os trabalhadores que podem dar indicações de carácter global. Mas, nesses objectivos tem que inserir os quadros técnicos que dispõem.

H.S. — Quando falamos de gestão, não nos podemos isolar de todo um contexto. Planificação democrática quer dizer que há diferentes níveis e que para todos os diferentes níveis deve haver uma concepção de informação, descendente e ascendente. Informação descendente ao nível dos objectivos que normalmente deviam satisfazer as necessidades e objectivos fundamentais e em que perspectiva de democracia avançada se fixam colectivamente, o político e o económico. Uma informação ascendente dá as possibilidades de uma parte do acordo dos diferentes participantes, quer dizer, os trabalhadores no seu conjunto, e é aqui que se põe o problema dos técnicos e dos quadros. E porquê? Porque ao nível das necessidades sentidas os trabalhadores são os primeiros a ser conscientes. Mas, ao nível da realização é preciso que se dê a atenção para não se confundir aquilo a que nós chamamos o circuito operacional que tem em definitivo a realização dos objectivos que foram decididos democraticamente pelo conjunto dos trabalhadores e o circuito democrático que é a expressão dos trabalhadores ao nível de laboração, do controlo e da realização. Creio que é uma percepção muito difícil de compreender as coisas dos quadros porque, dada a sua origem e o culto do elitismo faz com que a sua contação seja difícil.

Por outro lado, no circuito de informações o quadro tem um con-

junto de informações técnicas que os restantes trabalhadores não têm. A nossa perspectiva é de tentar que o conhecimento, que a possibilidade de exploração e de gestão que os quadros têm no exercício da sua profissão possa ser posto ao serviço da classe operária. Assim que nós temos comissões de empresas, os comités de empresa, que têm uma função económica e correspondem de certo modo às vossas comissões sindicais. Quer dizer, que normalmente os documentos têm que passar por esses "comités" de empresa. Nós achamos que no interior desses "comités" de empresa é necessário que existam comissões específicas que ajudarão a orientar a política em geral. A partir de então, as mudanças que os quadros farão no interior de um organismo democrático permitir-lhe-ão descobrir outros valores que são inerentes às relações hierárquicas. Quer dizer que o quadro quando se dirige ao seu delegado, ao operário, às relações autoritárias desaparecerão para ele, para um outro sistema de relações que lhes permitirá, reciprocamente, descobrir novos valores. Pretendemos, pois, que os quadros se integrem nos sindicatos para que se possam exprimir livremente em relação a determinada orientação e, estabelecendo uma confrontação, não hierárquica, mas de trabalhador para trabalhador.

P.S. — Sobre a 3.ª Secção, a Formação dos Técnicos, os nossos sindicatos têm orientado grandes problemas resultantes da inadaptação dos técnicos que se formam nas escolas Facultades relativamente às necessidades da construção da sociedade socialista. Presentemente, encontramos na situação de desemprego algumas centenas de técnicos. A nível de engenharia, encontramos cerca de 400 engenheiros desempregados. Além disso neste momento existem cerca de 2000 técnicos do seu curso mais algumas centenas de engenheiros que não vão encontrar emprego. Sabemos que existem cerca de 1000 técnicos em Lisboa e no Porto estão registados nas nossas comissões de desemprego que funcionam junto das secções regionais respectivas cerca de 400 engenheiros desempregados. Além disso neste momento existem cerca de 2000 técnicos do seu curso mais algumas centenas de engenheiros que não vão encontrar emprego. Sabemos que existem cerca de 1000 técnicos em Lisboa e no Porto estão registados nas nossas comissões de desemprego que funcionam junto das secções regionais respectivas cerca de 400 engenheiros desempregados. Além disso neste momento existem cerca de 2000 técnicos do seu curso mais algumas centenas de engenheiros que não vão encontrar emprego. Sabemos que existem cerca de 1000 técnicos em Lisboa e no Porto estão registados nas nossas comissões de desemprego que funcionam junto das secções regionais respectivas cerca de 400 engenheiros desempregados.

comité de empresa, que têm uma função económica e correspondem de certo modo às vossas comissões sindicais. Quer dizer, que normalmente os documentos têm que passar por esses "comités" de empresa. Nós achamos que no interior desses "comités" de empresa é necessário que existam comissões específicas que ajudarão a orientar a política em geral. A partir de então, as mudanças que os quadros farão no interior de um organismo democrático permitir-lhe-ão descobrir outros valores que são inerentes às relações hierárquicas. Quer dizer que o quadro quando se dirige ao seu delegado, ao operário, às relações autoritárias desaparecerão para ele, para um outro sistema de relações que lhes permitirá, reciprocamente, descobrir novos valores. Pretendemos, pois, que os quadros se integrem nos sindicatos para que se possam exprimir livremente em relação a determinada orientação e, estabelecendo uma confrontação, não hierárquica, mas de trabalhador para trabalhador.

P.S. — Sobre a 3.ª Secção, a Formação dos Técnicos, os nossos sindicatos têm orientado grandes problemas resultantes da inadaptação dos técnicos que se formam nas escolas Facultades relativamente às necessidades da construção da sociedade socialista. Presentemente, encontramos na situação de desemprego algumas centenas de técnicos. A nível de engenharia, encontramos cerca de 400 engenheiros desempregados. Além disso neste momento existem cerca de 2000 técnicos do seu curso mais algumas centenas de engenheiros que não vão encontrar emprego. Sabemos que existem cerca de 1000 técnicos em Lisboa e no Porto estão registados nas nossas comissões de desemprego que funcionam junto das secções regionais respectivas cerca de 400 engenheiros desempregados.



toda a colaboração dos quadros técnicos.

No Jugu

(Continuação da página 3)

ramente contra a agressão política dos sectores reacçãoários, contra a actividade provocadora das empresas, contra as correntes reformistas no movimento trabalhador e contra os grupos esquerdistas que, na prática, fazem o jogo da reacção, porque dizem o mesmo e actuam da mesma maneira que os grupos reacçãoários.

Actualmente marchamos para uma política de unidade e acção, com as outras forças sindicais que apoiam o processo revolucionário peruano e que coincidem conosco, nessas objectivas. Com esse propósito criou-se o Comité Patriótico Revolucionário, que é um movimento de Frente Única, democrático e anti-imperialista. Sabemos, sem dúvida, que isto não é suficiente e que se torna, pois, indispensável consolidar a unidade da classe trabalhadora e do povo, e marchar para a construção de uma Central Sindical única, para que será na unidade sindical que se conseguirá o melhor garante da vitória.

Por outro lado, outros problemas se levantam à C.G.T.P., que advém da crise económica geral do sistema capitalista, reflectidos directamente na crise económica do Peru, com a consequente existência de um forte desemprego, com os inerentes problemas económicos para as massas, a sabotagem económica promovida pela reacção e a actividade contra-revolucionária de um sector significativo da Administração Pública, que de-

«Vive-se um processo revolucionário autêntico»

sevolve uma política antitrabalhadores e anti-sindical muito definida e perigosa.

Presentemente estão os trabalhadores peruanos empenhados na luta contra estas dificuldades, que constituem as últimas armas com que a reacção conta, para impedir o avanço da Revolução peruana.

Para responder a esta situação «estê-o a organizar muitos centros de trabalho do Estado, criou-se o Sector de Propriedade Social encarregado de, por sua vez, planificar a captação de mão-de-obra desempregada. Crems, que na medida em que se transforma a sociedade e que se planifique a economia, será mais fácil resolver este problema. Além, temos outro problema que complica a luta contra o desemprego, que é a actividade das empresas privadas e dos capitalistas nacionais, empenhados em sabotar a economia, encerrando locais de trabalho, reduzindo o pessoal das fábricas e despedindo malicamente, os trabalhadores. Em relação a isto, pedimos já ao Governo que adopte uma política firme contra os que sabotam a economia nacional e que impedam o desanvolvimento económico do país.»

Procuramos, também, saber se no Peru se verifica, igualmente, um bloqueio económico movido pelo imperialismo, ao que o nosso interlocutor nos afirmou ser virtual a existência dessa situação.

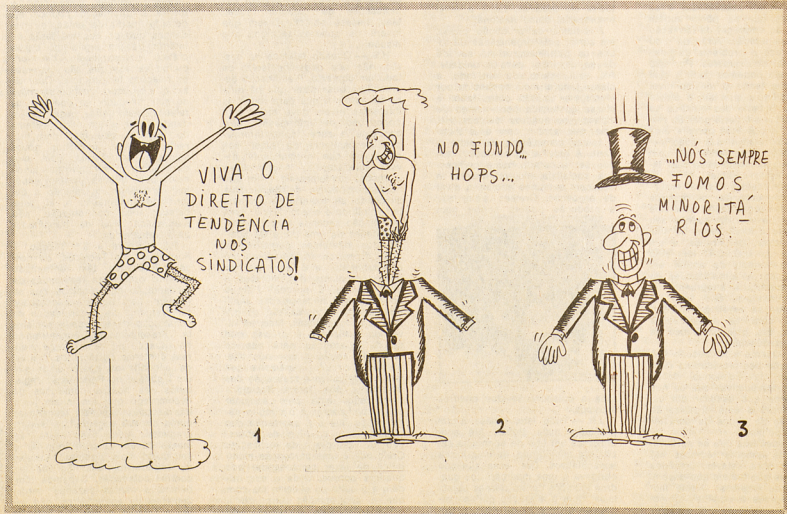


«Os grandes partidos capitalistas não dão qualquer ajuda económica à nossa pátria e criam-nos problemas vários, através das empresas multinacionais e das entidades de crédito. Conseguimos, todavia, contrariar os efeitos dessas actividades, porquanto o Governo estabeleceu sólidas relações económicas e comerciais com os países socialistas, com a União Soviética e com os restantes países que lutam pela sua libertação nacional. Neste sentido, temos um amplo apoio de todas as forças

progressistas da humanidade e de todos os Governos, cuja orientação coincide com a nossa luta libertadora.»

NACIONALIZAÇÃO DA IMPRENSA

Falou-nos, ainda, aquele amigo da nacionalização da Imprensa, referindo que a Imprensa peruana serviu durante longos anos os interesses dos monopólios, do imperialismo e da oligarquia nacional. «Nas suas páginas, combateu a Revolução peruana e, em particular, a classe trabalhadora. No ano passado o Governo decretou a nacionalização de toda a Imprensa, constituindo-se comissão especial de administração para todos os jornais, estando já marcado para 23 de Julho, data comemorativa do aniversário da Independência Nacional, a saída do decreto que regulará a transferência dos jornais para a alçada de organizações sociais e populares do país. Naturalmente que a nova Imprensa esbarrou com muitas dificuldades, não só porque surgiram sectores direitistas, que em teoria apoiam a Revolução e que, inclusive, se manifestavam partidários do socialismo, mas que na prática combatiam a classe trabalhadora, mas também porque se brevemente, todavia, fortes correntes, vestígios do jornalismo tradicional, que tentou de ser superadas, na medida em que se desenvolve a Revolução peruana. Os trabalhadores gráficos e os trabalhadores da Imprensa em geral, desenvolvem nesta luta um papel muito positivo, pois estão firmemente ao lado da classe trabalhadora e dos sectores mais avançados das Forças Armadas, e dispostos, deste modo, a defender a nossa Revolução.»



VERTICALIZAÇÃO SINDICAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

Na continuação do processo da verticalização sindical da indústria química realizou-se no dia 24 de Junho outro plenário no I.S.T. de que estiveram presentes cerca de 150 pastos e cuja ordem de trabalhos foi a seguinte: Informações: Verticalização Sindical, Verticalização Contratual. Durante o plenário foram referidas as assembleias em que o grupo de trabalhos tem participado a maioria delas em indústrias petrolíferas (isto porque havia um maior interesse em esclarecer os trabalhadores deste sector da conveniência de se integrarem no sindicato da indústria química, e não noutro sindicato).

Por outro lado, os delegados sindicais e comissões de trabalhadores deram conta à assistência do que tinham feito nas suas empresas.

Neste mesmo plenário foi aceite também marcar-se as Assembleias de Sector para o dia 11 de Julho. Entretanto apparecem outros dias destinados a estas Assembleias. Isto porque, os Sindicatos não deram ao grupo de trabalho a sala na altura devida, pelo que determinado número de Assembleias teve de ser marcada para outro dia.

No entanto, a acção desenvolvida pelo sector não fica apenas por Lisboa. Contactos foram já feitos com os Sindicatos de Setúbal, tendo ficado combinado a formação de um grupo de trabalho ao qual o grupo de Lisboa dará todo o seu apoio. O grupo de Trabalho de Lisboa pensa alargar este processo à restante parte do País, para a formação de um único sindicato que englobe todos aqueles que trabalham dentro do sector químico.

VERTICALIZAÇÃO CONTRATUAL

Também com a ideia na verticalização, outro grupo se formou e elaborou um Anteprojecto de COT para a indústria química. Este Anteprojecto foi distribuído a todos os sócios. Elementos deste grupo têm estado presentes em todas as assembleias da verticalização sindical para darem esclarecimentos e colherem informações para o melhoramento do mesmo COT.

Camarádaj Av vão as assembleias de sector marcadas para o mês de Julho. É necessária a tua comparecência pois estas assembleias só se poderão realizar com a comparecência de 10% dos trabalhadores do sector.

SINDICATO	DIA	HORA
Cobreadores	11	21
Const. Civil	11	21
Confín. e Porteiros	11	21
Electricistas	11	20,30
Enfermeiros	11	21
Engenheiros	11	21
Eng. Técnicos	11	21
Escritórios	11	21
Garagens	11	21
Hoteleiros	11	21
Metallúrgicos	11	21
Oficiais Maq. Mar. Mercante	11	21
Tecn. de Desenho	11	21
Telefonistas	11	21
Trab. do Comércio	11	21
Transp. Rodoviários	11	21
Artes Gráficas	14	21
Topografia	14	21
Serv. Social	17	21
Telecomunicacões	17	21

LOCAL (Lisboa)

Sede do Sindicato — R. de Pocos Negro, 153, 2.^o.
Sede do Sindicato — Praça D. Luis, 17, 1.^o.
R. do Alecrim, 46, 1.^o.
IST — Antieitor de Electricidade.
Sede do Sindicato — Praça Marquês de Pombal, 6, 3.^o.
Sede da Ordem — Av. António Augusto de Aguiar, 3.^o-D.^o.
Sede do Sindicato — R. Jardim do Regedor, 37, 2.^o.
Voz do Operário — R. Voz do Operário.
Sede do Sindicato — Av. Almirante Reis, 45, 1.^o.
Sede do Sindicato — Pátio de Salama, 4, 2.^o.

Caixa Económica — R. Voz do Operário.
Sede do Sindicato — Av. D. Carlos I, 101, 1.^o-Esq.
Salão dos Bombeiros Voluntários Lisboenses — R. Camilo Castelo Branco.
Sede do Sindicato — R. S. Pedro de Alcântara, 63, 2.^o-D.^o.
Sede do Sindicato — Av. da República, 28.
Sede do Sindicato — Av. Visconde de Valmor, 34, 1.^o.
Sede do Sindicato — R. da Barroca, 107, 2.^o.
Sede do Sindicato — R. da Alegria, 134, 4.^o-Esq.
Sede do Sindicato — R. Luciano Cordeiro, 16, 3.^o-D.^o.
Sede do Sindicato — Largo de Santos, 13, 3.^o-Esq.
A ordem de trabalhos destas Assembleias é a seguinte: Verticalização Sindical do Sector das Indústrias Químicas (integrando dos trabalhadores do sector no sindicato de trabalhadores das indústrias químicas).

Mais uma vez camaradaj Apelações para a tua comparecência nestas Assembleias, posto que, de acordo com a Lei das Associações Sindicais é necessária a presença de pelo menos 10% de trabalhadores para que elas se possam realizar...

Por outro lado se o teu sindicato não figura neste quadro indica o teu delegado sindical, ou, ainda, o grupo de trabalho para verticalização do sector químico, sito no Av. Duque de Loulé, 83-3 — Telef. 4 57 12.

ALAVANCA

TRABALHADORES

O caso da Rádio Renascença dominou a vida política e laboral desta semana. A decisão governamental de entregar a R.R. à entidade patronal ou seja ao clero reacção, levantou os mais vivos protestos por parte dos trabalhadores e partidos portugueses. A interindicial, como movimento sindical unitário que é, deu também o seu apoio à luta dos trabalhadores da R.R., manifestando a sua estranheza pela decisão governamental. No entanto, o C.S.R. após uma noite de reunião decidiu nomear imediatamente uma comissão administrativa, até à posterior nacionalização dos postos emissores.

EM LUTA

Os sardineiros do Norte do País voltaram novamente à faina após 5 meses de paralisação, posto que foi finalmente assinado o C.C.T. pelo qual lutaram ao longo de todos estes meses.

Os trabalhadores da Molislex manifestaram-se em S. João da Madeira a favor do M.F.A. e contra a manifestação reacçãoaria havida dias antes e que pretendia a libertação do patrão preso por ligações com o E.L.P.

Os trabalhadores da firma publicitária Leo Burnett estão perante mais um caso de sabotagem económica. Os trabalhadores desta empresa multinacional correm o risco de ficar sem 13 mil contos. Mais uma vez o capital se mostra contrário ao processo revolucionário em curso.

Os serviços de sangue estão em vias de ser nacionalizados pelo que os 21 trabalhadores do serviço de sangue do dr. Filipe Vaz têm o seu direito ao trabalho assegurado, apesar de o patrão ter tentado por todos os meios que estes trabalhadores ficassem no desemprego.

ALAVANCA

Os motoristas de Setúbal, reunidos em plenário, repudiaram o pedido de demissão da direcção do seu Sindicato. Este pedido de demissão surgiu na sequência de as atitudes consideradas menos correctas que esta direcção tinha tomado no caso da suspensão do dr. Almeida Santos.

ALAVANCA

«ALAVANCA»

É TRANSPORTADO
PARA TODO O PAÍS

NOS COMBOIOS

DA C.P.

DESPORTO

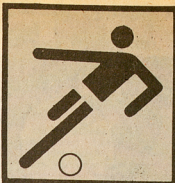
— Você sabia quem é o pai de Vasco Gonçalves foi jogador de futebol? E que o próprio «nosso Primeiro» foi treinador de futebol?

Vamos por partes...

Primeiro, o pai...

Depois, o filho...

... E deixaremos em paz o Espírito Santo, aliás também um an-



Vitor Gonçalves, ao tempo (anos vinte) em que jogava futebol no Benfica e na Seleção Nacional

rastró de simpatia que nunca se desvaneceu. Foi capitão da equipa de honra durante vários anos e teve idênticas funções no «tream-nagem» que derrotou a Espanha, em 1921, valorizadas com exibição de muito mérito. Num momento de crise, quando Cosme Damilão se afastou dos lugares de comando, revelou excelentes qualidades de dirigente dedicado e atento a todos os problemas. Foi também treinador obsequioso na secção de futebol, à qual pertenceu de outras vezes sem a responsabilidade daquela lugar. Em resumo, um banquista com excelente folha de serviços, justamente merecedor desta Inclusão na Galeria de Honra dos Servidores do Clube.

Tem pois a quem sair Vasco Gonçalves como «dirigente dedicado e atento a todos os problemas». Só que o seu Benfica é um «bocadinho» maior: é o País inteiro que dele muito espera e que nele confia por inteiro.

Quanto à sua experiência como treinador foi coisa passageira, mas provou bem. A «Equipa» refere que, há coisa de vinte anos, quando em serviço na Índia, o então capitão de engenharia Vasco Gonçalves era o director técnico da equipa do Regimento de Engenharia 1 e a verdade é que os seus pupilos ganharam o campeonato, após uma emocionante final disputada em Pangim. Calculamos o orgulho então sentido por esses seus pupilos, comparando-o agora com o nosso próprio orgulho de termos todos, como portugueses, um «treinador» com tanta categoria, um homem que «sente a camisola», como se diz na gíria do futebol... e que joga ao ataque!

CARLOS PINHO

VITOR GONÇALVES (pai de Vasco Gonçalves)

PRIMEIRO DO FUTEBOL PORTUGUÊS

tigo futebolista, mas muito mais moderno, em relação a Vitor Gonçalves.

— Espírito Santo foi dos anos vinte.

Vitor Gonçalves dos anos vinte. Foi na Casa Pia de Lisboa que Vitor Gonçalves descobriu os seus talentos para o futebol, juntamente com uns quantos companheiros que passavam horas e horas a jogar a bola na «cerca» da Casa-Mãe. Eram tantos e tão bons jogadores que, na primeira selecção nacional que se viria a formar, havia uma maioria de casapianos. Nessa altura, em 1921, já se tinha formado o Casa Pia Atlético Clube, mas alguns dos rapazes jogavam já nos principais clubes lisboetas e neles se mantiveram. Foi o caso de Vitor Gonçalves e de Ribeiro dos Reis que continuaram no Benfica e que, por isso, viriam a destacar-se no popular clube como figuras das mais estimadas. No Benfica, foram tudo.

Outros, porém como Cândido de Oliveira, deixaram o Benfica, quando o Casa Pia A. C. se formou. E não foram Vitor, Ribeiro e Cândido (capitão da equipa) os únicos casapianos da selecção que, no jogo-estrela, foi a Madrid perder com a Espanha por 3-1. António Pinho, José Maria Gralha

e António Augusto Lopes fizeram parte também do primeiro grupo das quintas e representavam, nessa altura, precisamente o Casa Pia.

Nessa altura não havia «Bola», que só em 1945 o Cândido e o Ribeiro viriam a fundar, mas publicava-se, por exemplo, uma pequena revista intitulada «Azes do Football». Era mensal. O primeiro número saiu em Outubro de 1923 e foi dedicado precisamente a Vitor Gonçalves. Cada número era consagrado a um jogador.

Nessa altura Vasco Gonçalves já tinha nascido e já jogava à bola, nascido se pode ler, a páginas tantas, nesse artigo e histórico livrinho dos «Azes». Lê diz: «Vitor Gonçalves é casado com D. Aida dos Santos Gonçalves, de quem tem um filhinho — Vasco Gonçalves — que já se interessa pelo «football» e joga em casa com o pai, «shooting» em pequenas bolas de papel. Prova-se mais uma vez o aforismo de que filho de peixe sabe nadar...»

A verdade é que o aforismo não se confirmou, assim como não se confirmou a previsão feita por Artur Inês ou por José Cunha, os dois jornalistas responsáveis pela criação dos «Azes»... Não se con-

firmary aforismo e previsão e ainda bem porque outros «futebolistas» mais altos se levantaram para Vasco Gonçalves, quer primeiramente através de uma brilhante carreira como militar que modernamente como um dos Homens Grandes do 25 de Abril que libertou Portugal.

Vasco Gonçalves, na verdade, não só não fez carreira como futebolista como até já tem criticado, em alguns dos seus discursos, os extremos perigosos a que o futebol foi elevado nos tempos do fascismo como manobra de diversão do povo, assim aliado de outros problemas, esses sim realmente importantes e que directamente lhe dizem respeito.

No entanto, na tropa, Vasco Gonçalves chegou a ser treinador de futebol, como há pouco foi revelado, em curiosa «caixa» jornalística, no primeiro número da recente revista «Equipa» (Seleções Desportivas). Aliás, seu pai chegou também a ser treinador no Benfica. Foi tudo, como dissemos e como aparece muito bem sintetizado na «História do S. L. B.», como legenda da fotografia que reproduzimos. Diz assim: «Vitor Cândido Gonçalves — Futebolista e dirigente, com uma carreira exemplar no Benfica, deixou um

CORAL POPULAR DE PARIS ACTUA EM PORTUGAL

O Coral Popular de Paris é um agrupamento musical que se formou em 1935, no período das grandes lutas operárias, graças à iniciativa da Associação dos Escritores e Artistas Revolucionários. Constituído por amadores vindos de diversas origens: operários, empregados, artesãos, professores, estudantes, foi criado pela União Regional dos Sindicatos, C.G.T. de Paris.

O INATEL, no prosseguimento de uma política cultural já sobejamente conhecida de todos os camaradas trabalhadores, projectou e concretizou mais uma vez o interesse e intenção de não só dar a conhecer a cultura dos outros países aos trabalhadores portu-

gueses mas proporcionar a oportunidade da criação de fraternos laços de amizade e solidariedade entre os povos.

Foi assim que se programou a vinda a Portugal do Coral Popular de Paris, que irá actuar em diversas localidades, de acordo com o seguinte programa:

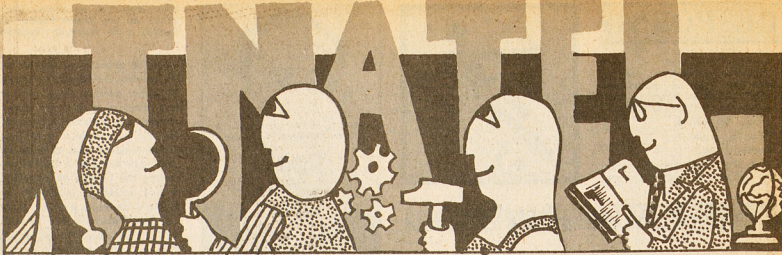
Dia 9 em Évora no Centro Cultural; dia 10 na E.P.A.M. — ao Lu-tual; dia 12 no Teatro da Trindade em Lisboa e, por fim, nas Caldas da Rainha, na Casa de Cultura, dia 13, todos estes espectáculos realizam-se pelas 21 horas.

Entretanto, o Coral Popular de Paris, que chegou a Portugal no passado dia 4, actua já em S. Sebastião, Barreiro, Sorefame e Academia de Santo Amaro.



Alguns elementos do Coral Popular de Paris falando para «A Lavanca»

lavanca



ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO E CULTURA DO INATEL

ENTREVISTA COM

BENJAMIM MARQUES

«A cultura só tem sentido se for mais uma arma posta à disposição das classes que estão na base da produção da riqueza — a classe produtora. É nesse sentido que desenvolvemos toda a nossa actividade de animação — disse-nos Benjamin Marques, responsável pelo Departamento de Animação e Cultura do INATEL, em breve entrevista dada para esta página.

Segundo Benjamin Marques aquela departamento desenvolve uma acção que se baseia em três definições essenciais: de cultura; do INATEL (funções e objectivos) e da Política de Animação do INATEL.

«Entendemos por Cultura — explicamos o nosso interlocutor — o conjunto de conhecimentos humanos, assim como todas as formas de actividade que contribuem para o enriquecimento do homem.

É um conceito liberal, extremamente aberto, o que pressupõe, não o homem individualizado, mas sim, inserido no seu contexto ou seja, o homem societário. A segunda definição é importante para nós uma vez que o INATEL é um Organismo de trabalhadores, para facilitar e apoiar a organização progressista das actividades das massas trabalhadoras durante os seus tempos livres.

Quanto à 3.ª definição, no nos-

so entender explica as anteriores, ou antes decorre das anteriores.

A actividade de animação do INATEL deve ter como objectivo a difusão do conhecimento e o apoio a todas as formas que possam tomar as iniciativas de agrupamentos tendentes a emancipar, a cimentar e dinamizar os esforços das massas dos trabalhadores e dos seus familiares na conquista de uma melhor condição humana.

A CULTURA É UMA ARMA

«A Cultura, no nosso entender, só tem sentido, se for um elemento, mais uma arma posta à disposição das classes que estão na base da produção da riqueza, a classe produtora, que no contexto capitalista de exploração do homem pelo homem tem sido precisamente a que a que nunca teve acesso a esse

tipo de arma, utilizada e desviada pela classe da ideologia dominante, exactamente como forma de exploração dessa classe.

É neste sentido que fazemos e desenvolvemos a nossa actividade de animação.

— Quais são actualmente e para futuro as vossas realizações no campo da animação? O que tem feito de concreto, na promoção e dinamização da Cultura?

«Começo por dizer que isto implica num conceito dialéctico do trabalho, ou seja, que não se pode fazer só a difusão cultural sem fazer só o apelo à criatividade, por que se baseamos toda a nossa acção na difusão cultural, forçosamente se constitui que pretendemos dar um certo tipo de educação, somos realmente um serviço educativo, só que isto implica ao nível de difusão do conhecimento, a educação de cima para baixo, digamos paternalisticamente. É como dar a alguém um peixe. Ele come e à noite pede outro peixe. No dia seguinte idem, etc., etc... Não podemos fazer só a difusão cultural mas temos, ao mesmo tempo, de fomentar e desenvolver o apelo à criatividade. Esta é que é a concepção marxista de uma actividade de animação.

Assim se compreende que se não pode responder ao pedido no nível em que é feito, pois parece-nos ser uma posição incrivelmente demagógica, e até anti-marxista.

DESCENTRALIZAÇÃO

— Como se processará a descentralização dos serviços?

«...Dividimos o país em 6 zonas, cada qual com a sua dele-

gação onde existem 3 animadores especializados, que trabalham na sua região bem assim o mo apiam e se coordenam com o trabalho dos animadores das outras zonas.

Estas delegações, para futuro terão um orçamento próprio, por ano, que no campo cultural, girará autonomamente; queremos portanto criar uma estrutura que possibilite a autonomia e não dê-la para dizer que se deu.

— Gostava agora que me desse uma perspectiva ampla do que tem programado para os Centros de Férias, no tocante à animação, no decurso deste ano.

«...Estamos numa fase transitória. As pessoas que este ano vão para esses centros não são literalmente as mesmas dos outros anos, acrescentando porém, que ainda não são as que mais mereciam por motivos técnicos inseridas num determinado contexto económico, este ainda relacionado com o carácter político.

À nível de animação o mesmo se lhe aparea, o contacto transitório. É portanto um período experimental, não deixando porém de reflectir a diversidade geográfica e populacional desses mesmos centros de férias, o que equivale a na prática, projectar-se todo num programa de animação mais adequado.

Esta animação será feita em duas direcções; uma para as crianças, a outra especificamente para os adultos.

Haverá em cada centro de férias o parque de campismo, a presença a tempo completo de um animador localmente orientado. Isto dá, no conjunto toda uma nova perspectiva, para a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores.

ÓPERA PARA A JUVENTUDE: A «FLAUTA MÁGICA» EM PORTUGUÊS

O INATEL vai realizar, no próximo dia 12, às 15.30, no Teatro da Trindade, um espectáculo para jovens, dos 10 aos 25 anos, apresentando a «Flauta Mágica», de Mozart, traduzida para português.

Participam a Orquestra Filarmónica de Lisboa e o Coro do INATEL. Pretende o INATEL, na continuação da sua acção cultural e porque considera que a Cultura é uma nova, a que o povo cria, recria e entende e porque estamos numa fase de construção democrática, rumo ao Socialismo, ensinar este ano uma nova forma de apresentar a Ópera aos trabalhadores: menos espavento mas maior mobilidade e consequentemente atingir maior gama de públicos.

E dentro destes princípios que surge este espectáculo dedicado aos jovens portugueses.

O INATEL convida pois todos os organismos e organizações de juventude a divulgarem a realização deste espectáculo.

AVISO

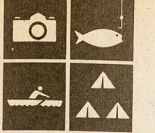
Aviçam-se todos os sócios do INATEL e Sindicatos, que funcione na Sede do INATEL, Calçada de Santana, n.º 180, uma biblioteca onde podem ser requisitados livros.

Horário: das 9 às 18 horas.

Sábado: das 9 às 13 horas.

**TRABALHADOR
OUVE A VOZ DO
INATEL
NA ONDA MEDIA DO
RADIO CLUBE PORTUGUÊS**

Todas as segundas-feiras, às 21 horas



CULTURA E TEMPOS LIVRES

DISCURSOS E RELATÓRIOS, de Saint-Just — Col. «Clássicos de Bolso» da Editorial Estampa.

Saint-Just, político francês (1767-1794), ambicioso e ávido de poder, para quem a Revolução de 1789 foi como a de um despertar, segundo a Nota introdutória deste volume "... não se limitou a ser um chefe político, um homem de governo. Foi um gênio da acção. A sua missão no exército do Reno atestava cabalmente. A sua rapidez de decisão e a intrinsecidade na aplicação dos seus princípios, a sua capacidade em conjugar a autoridade com as normas democráticas, a sua atenção e sensibilidade às aspirações populares tornaram-no quase um mito."

28 DE SETEMBRO, A CONSPIRAÇÃO DA «MAIORIA SILENCIOSA»—Edições Avante.

"Talvez paradoxalmente, tratando este volume da conspiração do 28 de Setembro, não aborda propriamente a conspiração, as combinações, compromissos e planos tecidos e subscritos na sombra. O nosso objectivo é porém diverso. É apresentar o desenvolvimento da ofensiva política, mostrando através dos factos, a dinâmica da operação que devia conduzir à liquidção da jovem democracia portuguesa."

A CULTURA E A REVOLUÇÃO CULTURAL, de V. I. Lenine — Col. «Biblioteca do socialismo científico» — Editorial Estampa.

"O desenlace da luta depende, no fim e ao cabo, de que a Rússia, Índia, China, etc., constituam a imensa maioria da população do globo. E esta maioria é a que se está incorporando nos últimos anos, com extraordinária rapidez, na luta pela sua libertação, de modo que o destino em sentido não pode haver a menor dúvida sobre a qual será a solução definitiva da luta mundial. Neste sentido a vitória definitiva do socialismo está plena e absolutamente assegurada." (p. 17) do último capítulo do volume.)

VISADO PELA CENSURA, A «IMPRESA» — FIGURAS — EVOCAÇÕES — DA DITADURA À DEMOCRACIA, de Norberto Lopes — Editorial Astor.

Da Explicação Prévia, feita pelo autor: «Nestas páginas, redigidas ao fio da oportunidade ou ditas ao calor de improvisação oral, sem qualquer preocupação de forma ou propósito resenhado de assegurarem ao autor o benefício e a glória da posteridade, emitiram-se ideias, apontaram-se factos, registaram-se opiniões, comentaram-se atitudes, esboçaram-se retratos de figuras que conheci, de amigos e camaradas com quem privei, e relatei-me acontecimentos de que fui testemunha, passadas de erradio de repórter, que foi a minha verdadeira vocação e a tarefa que mais me apaixonou no jornalismo».

ACERCA DAS QUESTÕES DO LENINISMO, de Estaline — «Biblioteca do Socialismo Científico» da Editorial Estampa.

"Não será o leninismo a síntese da experiência do movimento revolucionário de todos os países? Será que os fundamentos da teoria e da tática do leninismo não têm valor e não são obrigatórios para os partidos proletários de todos os países? Será que Lenine não tinha razão quando dizia que o bolchevismo pode servir de modelo de tática para todos? (Lenine, XXVIII, p. 398. A Revolução Proletária e o Resgateado Kaustky.) Será que Lenine não tinha razão quando falava de «Significado internacional do Poder soviético e dos fundamentos da teoria e da tática bolchevique»? (Lenine, t. XXV, pp. 171-172. A Doença Infantil do Comunismo (O Esquerdismo).)

Cinema



Continuamos a recomendar-lhe Frankenstein Júnior, em exibição no Condes, a autêntico charge aos filmes de terror, transbordante de imaginação e humor. Slawky, o Grande Jogador, saiu do ecran do cinema Tivoli e continua apenas no Apolo 70. Alain Renais conseguiu uma obra de grande beleza plástica, que denuncia a corrupção dos grandes senhores na época da Frente Popular em França. Se decididamente pretende divertirse vá ao Cateador e veja Onde Fica a Guerra?, um filme de Jerry Lewis, que embora não seja excepcional, tem, como sempre, alguns pontos muito bons. A Coragem do Povo e Valpe-

rais... Valparaiso justificam sem sombra de dúvida uma deslocação ao cinema Universal.

Sem qualquer compromisso nos opiniões, referimos mais alguns filmes que estão neste momento a ser exibidos: A Vergonha da Família, de Claudio Berli, com Yves Robert no Cinebois; Equilíbrio Instável, com Katherina Hepburn, no Londres; A Viagem, de Vittorio de Sica, com Sophia Loren e Richard Burton, no S. João do Desprezo, com Brigitte Bardot, no Estúdio 444. A não ver: As Irmãs, no Bena, um filme profundamente cético. Emmanuelle (nunca é de mais insistir), no Roma, Cama com Música, no Vox e menos que todos Ohi Calcuta, que pelos vistos está a render bom dinheiro, já que transitou do Império para o Satélite. Será que os filmes não aconselhados têm maior procura?

Teatro

Neste momento e no meio da medioridade geral, tem uma peça que não deve perder: Pequenos Burgueses, de Maximo Gorki, pelo Teatro da Rua do Boqueirão. Fica na Rua Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Largo do Rato).

TV

4.ª-Feira 9 — Dia fraco quanto a perspectivas, o que cada vez começa a não ter desculpa. As 13.15 no 1.º Canal e às 20.45 em repetição no 2.º Canal, pode ver a rubrica Encontro, sobre a qual não podemos acrescentar qualquer informação. Ainda no 1.º Canal: Artes e Ofícios, às 20. Responder ao País e às 22. Pilelin, um programa que ainda não conseguiu definir-se.

5.ª-Feira 10 — A crítica não temido grande atenção a série O Segredo dos Flamengos, que no entanto nos parece com qualidades suficientes para uma referência especial. Pode vê-la às 13.45 no 1.º Canal e em repetição no 2.º Canal, às 20. As 22 no 1.º Canal, mais um episódio da magnífica série polaca Os Camponeses e para os apreciadores de histórias policiais, o 2.º Canal transmite às 20.55 Serviço Especial, série inglesa.

6.ª-Feira 11 — Dola anos de férias, no 1.º Canal às 13.45 e no 2.º Canal às 20, é

anunciado como «série filmada», o que de facto é muito escasso como informação. A partir daqui tudo pode acontecer. Ainda no 1.º Canal, no dia 19, às 19.30, Perspectiva, um programa dedicado às artes plásticas, às 21 o dr. Pitiacas Antunes e o seu Afinal como 47, que desperta sempre interesse e às 21.30 Música, Música, programa da Nuno Martins e Mário Vieira de Carvalho. No 2.º Canal, em «Noite de Cinema», o filme Esta noite às 8 e 30, com Kay Walsh, Ted Ray e Stanley Holloway.

Sábado 12 — Um dia mais variado na programação televisiva: Os Malucos do Circo, uma série inglesa em que a locutura é a fantasia profícuam, no 1.º Canal às 13.45 e em repetição no 2.º Canal às 20. Em relação ainda ao 1.º Canal: O Mundo à nossa volta, às 14.50, Nome de Mulher, às 16.25, Cinema de Amadores, às 18.25, Memória do nosso tempo, às 19.30 e finalmente às 21 Programa Comemorativo da Independência de S. Tomé. No 2.º Canal, tem às 21 mais um episódio da série francesa Educação Sentimental, baseada na obra de Gustave Flaubert.

Por deficiência de informação, não nos é possível acrescentar esta semana, a programação de domingo dia 13.

Rádio

Alavanca — Diariamente das 0.05 às 2 h, em Rádio Clube Português, um programa inteiramente dedicado aos problemas dos trabalhadores. Nas noites de sexta para sábado, exclusivamente dois temas: problemas económicos e reforma agrária. Intervenientes: Vasco Fial e Blasco Hugo Fernandes.

Movimento — Todos os dias em Rádio Clube Português, das 18 às 20 h, excepto ao domingo, As 3.as, 5.as e sábados, imediatamente após o noticiário das 19, a rubrica sobre Cuba, um programa de Duarte Ferreira e Luis Filipe Costa, com Luis Filipe Costa ao microfone.

Sindicalismo — Um programa de Helena Neves e Madelena Claudio, na Embaixera Nacional às 19, e às 18.05, às 22 h. Aos sábados às 18.05.

ATLANTIC:

TRABALHADORES ABANDONADOS PDEM NACIONALIZAÇÃO

No dia 21 de Abril de 1975, a Fábrica de Tintas Atlantic foi abandonada pela entidade patronal e, juntamente com ela, os homens e mulheres que nela labutavam.

Aparentemente esta é mais uma das muitas situações difíceis a que o capital já desde há longo tempo nos vem habilitando, na sua louca e de antemão perdida batalha para destruir as conquistas obtidas pelos trabalhadores, de mãos dadas com as Forças Armadas.

Com efeito o Atlantic, que nasceu em 1917, é uma empresa exclusivamente nacional, que funciona na base de capital e produtos nacionais, pelo que mais grave, afunda, se torna a atitude assumida pelos seus antigos gerentes.

Neste momento a fábrica é autorizada pelos trabalhadores, com cuja Comissão contactámos e que nos revelaram as suas condições, primeiro de luta, e agora de trabalho.

«A nossa fábrica, até Dezembro de 1973, funcionou na Estrada de Benfica. Nessa altura foi vendida por 52 mil contos, dos quais a gerência dispôs de 22 mil para pagamentos de hipotecas, distribuindo mais 18 mil pelos nove sócios da firma, nos quais os primeiros Miguel e Armando Martins, os ex-gerentes, nos incluem também, o que além do mais era ilegal, uma vez que a firma não tinha escritura, não estava apresentada balancos, pelo menos desde 1971.»

Em Janeiro de 1974 as instalações da fábrica foram transferidas para Albarcara, onde funciona presentemente. Foi precisamente nessa altura que os deficientes notaram as deficiências de toda a ordem em que se processava a laboração da fábrica, pelo que se dirigiram à gerência pedindo-lhe que fossem tomadas urgentemente medidas, que pusessem cobro à situação caótica para que se caminhasse.

ENGANAR O ESTADO

«Nesta ordem de ideias — disseram-nos os camaradas da Comissão de Trabalhadores — sugerimos-lhes que repussem aquele dinheiro que ilegalmente haviam retirado da fábrica, ao que nos responderam não lhes ser possível fazê-lo, pois que já não dispunham dessa quantia. Apresentaram, então, como solução, fazenda a hipoteca do edifício, hipótese esta que foi imediatamente vivamente repudiada pelos trabalhadores, pois que a acção-lhe, isto representaria enganar o Estado e espólio os trabalhadores do seu próprio património.»

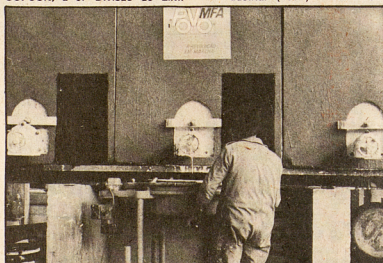
Como deste modo não conseguiram demover os trabalhadores dos seus intentos enlascar outra tática, esta bem caracteristicamente fascista: dividir, para melhor governar.

Em colaboração com a anterior Comissão de Trabalhadores, que por inesperienza e medo lhes amparava o jogo, tentaram, por exemplo, colocar a secção de finanças, um operário da secção de fabrico, com o intuito de, assim, sem preço de serem a ser detectados, podermos manobrar ilegalmente.

Tomando consciência de que estavam a ser enganados e que eram utilizados contra os interesses dos seus camaradas de trabalho, os trabalhadores daquela Comissão pediram a sua demis-

são. Fez-se, assim, nova eleição democrática de uma outra Comissão de Trabalhadores.

«Esta vez o tiro salu-lhes pela culatra — afirmaram-nos os nossos amigos — pois que sabendo agora com quem contravimos, começamos de imediato a estabelecer contactos com o nosso Sindicato, o Ministério do Trabalho, o COPCON, a 5.ª Divisão do E.M.



G.F.A., o Ministério das Indústrias, o Ministério das Finanças e até o primeiro-ministro, a quem expusemos o nosso caso. Verificamos que já não éramos uma Comissão fantoche, os ex-gerentes assustaram-se, pelo que em 21 de Abril abandonaram definitivamente a fábrica, deixando-nos a braços com uma situação económica caótica.» Efectivamente, nessa data, os trabalhadores, a fim de salvaguardarem os interesses da fábrica e do Estado, formaram piquetes de vigilância, pois que no próprio dia em que a gerência abandonou a firma, desapareceram importantes formulários, relativos a duas empresas estrangeiras, que permitiam aos trabalhadores da Atlantic, laborar nesses produtos, bem como roubaram, igualmente, o livro da produção.

SABOTAGEM ECONOMICA

«Deixaram-nos, assim, cobertos de dívidas, dois meses sem vencimentos, contas a descoberto no Banco, cheques em cobertura que eram destinados ao pagamento dos vencimentos, e finalmente, sem a matéria-prima, de qual dependemos, pois que, esta, a fábrica é totalmente inope-

rente. Face a esta situação, tentámos estabelecer contactos com vários fornecedores de matéria-prima, que nos acolheram muito bem e que se prontificaram a auxiliar-nos; todavia, nas nossas costas, os ex-gerentes catalunhanos tanto ou tão pouco, junto desses fornecedores, que os mesmos se recusaram a efectuar as entregas prometidas.»

Alguns números que nos eludicam bem da honestidade de processos utilizados por aquela entidade patronal.

Caixa de Previdência	5 000 000\$00
Fundo de Desemprego	200 000\$00
Imposto de Transacção	1 900 000\$00
Comissão Reguladora dos Produtos Químicos	300 000\$00
Contribuição Industrial (1971)	107 000\$00

Contribuição Industrial Provisória (1973)	58 000\$00
Imposto Municipal (1970)	12 000\$00
Retroativo dos ordenados em atraso	400 000\$00
Livranças	10 000 000\$00
Fornecedores	3 000 000\$00

Estes números são relativos a dívidas, e constam dum relatório enviado ao Ministério do Trabalho, em 28 de Abril, pela Comissão de Trabalhadores. E não entram, aqui, em linha de conta, as cifras relativas a electricidade, telefones e seguros, que aqueles indivíduos também se «esqueceram» de pagar.

Os trabalhadores da Atlantic, empenhados como estavam e estão em manter a actividade da sua fábrica, e porque a sua luta é justa, conseguiram, finalmente, o desejado e necessário apoio das entidades oficiais com especial relevo para o M.F.A., através da Comissão de Apoio ao Conselho da Revolução, que além de os ter encaminhado para o Ministério das Indústrias, onde os informaram das boas perspecti-

vas para o mercado da construção civil, que, por esse meio, irá incrementar o sector de fabrico de tintas, lhes forneceu, ainda, um crédito de 2000 contos, por intermédio da Banca, que lhes permitirá a compra da indispensável matéria-prima.

Obtiveram, depois disso, um subsídio de 500 contos do Ministério do Trabalho, com o qual efectuaram o pagamento da quase totalidade de salários em atraso; têm também com eles um funcionário da Banca, que faz o controlo da parte financeira.

NÃO DEIXAR OS CRÉDITOS POR MÃOS ALHEIAS

«Arrancamos, finalmente, no dia 12 de Junho tando, nessa data, sendo visitados por entidades oficiais, que pudéramos, deste modo, constatar que os trabalhadores da Atlantic não deixam o seu crédito por mãos alheias. A fábrica funciona em pleno, visito que tem as necessárias matérias-primas, seus quadros de produção impecavelmente organizados e uma carteira de encomendas da ordem dos 40 mil litros. E de assinalar que a nossa fábrica dispõe de uma organização que permite que, desde a chegada da matéria-prima, até à distribuição, tudo seja efectuado por nós. Inclusive, fabricamos aqui os recipientes para as tintas e possuímos uma frota de viaturas, para a sua distribuição.»

Actualmente esperam os trabalhadores da Atlantic o que se seja efectuado o inquérito trimestral (Ministérios das Finanças, Indústria e Trabalho), que irá definir as responsabilidades a atribuir à antiga gerência e, por outro lado, libertá-los das pressões que lhes são constantemente movidas pelos credores.

«Exigimos, efectivamente, a imediata comparação dessa sindicância, uma vez que, embora a ex-gerência tenha os seus bens congelados, conforme informação que nos foi dada no Ministério do Trabalho, os mesmos pretendem fugir do País, o que não lhes será difícil, visto que continuam à solta.»

Com vista à solução definitiva dos seus problemas e, no caso, do próprio Estado, que nesta altura é o maior credor da Atlantic, consideram os trabalhadores daquela empresa «ser a nacionalização a resposta adequada, com benefício para ambas as partes. De notar que esta é a primeira fábrica nacional do género e que, além disso, funciona exclusivamente com produtos nacionais. Guardamos, pois, ansiosamente, que o Governo tome esta med. da»

